

ATO-10

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Projecto de Pesquisa:

*A Identidade Cultural no projecto de construção da nação moçambicana, 1975-1990.
O caso do distrito de Marromeu*

Projecto de Pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane.

Por: **Hélder Nhamaze**

Supervisores: Prof. Dr. Rafael da Conceição

Prof. Dr. Severino Ngoenha

Maputo, Julho de 2000

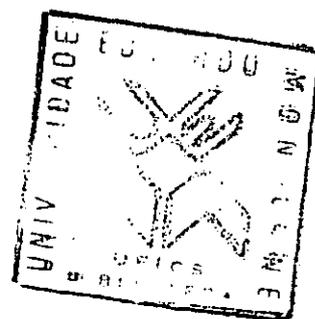
U.E.M. - UFICS
R. E. 4420
DATA 12 / 07 / 05
AQUISIÇÃO <i>oferta</i>
COTA ATO-10

DECLARAÇÃO

Declaro que este Trabalho de Fim de Curso (projecto de investigação) nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Dedico este trabalho à minha família. Minha mãe, que nunca se importou de ser também amiga, encorajadora e... minha psico-pedagoga predilecta. Minha irmã Jucy, depositária da alegria da família. Meu pai, presente nos momentos principais. Nuno e Jojó, à sua maneira, sempre sabem demonstrar que a nossa distância é apenas física.

Aos *Katchume* por um dos mais bem sucedidos gritos pela cultura de Moçambique.



AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, à toda população da vila sede de Marrromeu. Ao pessoal da Fundação Contra a Fome (FHI) especialmente ao Daniel, ao Romão e ao Verniz. O Sr. Joaquim Kuripa pelo acolhimento confortável, ao régulo Nhane e a todos que facilitaram o meu trabalho não se importando em fornecer informações adicionais e esforçando-se para que eu me sentisse numa viagem turística. Pessoas simples que me mostraram o verdadeiro significado da expressão "valor humano".

Pelo apoio financeiro quero agradecer ao Arquivo Histórico de Moçambique na pessoa do Dr. Joel das Neves. Ao Dr. António Rafael da Conceição quero agradecer pela luta que travou e trava para que uma licenciatura em Antropologia seja realidade em Moçambique, e por toda orientação neste trabalho. Ao Dr. Severino Elias Ngoenha pela inspiração para o tema e pelo benefício das suas conversas.

Ao G-9 porque sempre soube ser unido, e soube fazer da Diferença uma riqueza.

À Alice Fumo pelas intermináveis horas à frente do teu computador, com direito a jantar, pelas cópias e inúmeras impressões que este trabalho exigiu.

À *Maqueen*, por tudo.

Os elementos positivos da nossa vida cultural, tais como as nossas formas de expressão linguística, as nossas músicas e danças típicas, as peculiaridades regionais de nascer, crescer, amar e morrer, continuarão depois da independência para florir e embelezar a nossa Nação.

Eduardo Mondlane¹

¹Mondlane, E. Tribos ou grupos étnicos moçambicanos Comissão Organizadora do DIE (Dia Internacional do Estudante), Maputo, 1976, p.5.

RESUMO

O objectivo deste projecto de pesquisa é, partindo de uma leitura transversal de vários contextos socio-históricos referidos na bibliografia, analisar o modo como foi considerada a identidade cultural dos diferentes grupos etnolinguísticos *vis-à-vis* o processo de construção de um estado-nação em Moçambique.

Considerando a premissa básica do método monográfico, segundo a qual qualquer caso que se estude com profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros casos semelhantes, empreendemos uma investigação etnográfica no distrito de Marromeu, província de Sofala, visando fazer uma reconstituição histórica do período pós-independência. A partir daí foi possível constatar que medidas foram tomadas no sentido de erguer uma identidade nacional.

A investigação preliminar revelou que a construção da identidade nacional em Moçambique contou com um vasto aparelho ideológico, simbólico e material. Efectivamente, os símbolos oficiais como a bandeira, o hino e o emblema foram distribuídos por todo território nacional; novas ideias e novos valores como, por exemplo, a ideia do Homem Novo ou o anti-tribalismo, o anti-imperialismo e o anti-regionalismo; foram disseminados. Acontece que essa identidade nacional não contava com a contribuição das particularidades culturais locais, o que fez com que grande número de população se mostrasse indiferente ao estado-nação, ou seja, não se identificavam com a nação.

INDÍCE

1. Introdução: Apresentação do tema	3
2. Proposição do problema da pesquisa	4
3. Revisão bibliográfica	5
4. Formulação da hipótese de trabalho	21
5. Quadro teórico	22
6. Metodologia	25
7. A problemática da construção identitária em Moçambique	27
8. Conclusão	41
9. Fontes	44
9.1 - Bibliográficas	44
9.2 - Documentais	46

PROJECTO DE PESQUISA

A Identidade Cultural no projecto de construção da nação moçambicana, 1975-1990. O caso do distrito de Marrromeu

1. Introdução: Apresentação do tema

A Reforma Protestante ocorrida na Europa em meados do século XVI teve como uma das suas consequências a valorização de línguas nacionais, reflectida no preceito luteranista de tradução da Bíblia do latim para várias outras línguas. Deste modo a intenção de “oferecer” o Cristianismo na língua dos povos a evangelizar – procedimento típico do protestantismo -, implicava uma apreensão da cultura desses mesmos povos. Espanha, França e Portugal mantiveram-se fiéis ao catolicismo e praticavam, especialmente Portugal, uma política de assimilação cultural¹ que ia não apenas no sentido de inculcação da doutrina e ordem axiológica ocidental-cristã, como também no de negação completa dos traços culturais autóctones. Ou seja, adoptavam como primado a desqualificação e desidentificação do colonizado.

Depois de ter sido uma colónia portuguesa, Moçambique tornou-se independente em 1975 e autoproclamou-se República Popular. Para além do seu significado sócio-político - isto é, ruptura com um passado colonial que cultivou o espectro da superioridade da raça branca e o nascimento de um novo Estado, politicamente

¹A Portaria Provincial No. 317 de 13 de Janeiro de 1917 (in Boletim Oficial da Província de Moçambique I Série, No.2 de 13.01.1917, pág.3) no seu Artigo Segundo decreta o seguinte: *Por se distinguir do comum da raça negra, é considerado assimilado aos europeus o indivíduo daquela raça ou dela descendente que reunir as seguintes condições: a) Ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra; b) Falar, ler e escrever a língua portuguesa; c) Adoptar a monogamia; d) Exercer profissão, arte ou ofício, compatível com a civilização europeia ou ter rendimento obtido por meio lícito que seja suficiente para prover aos seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário para si e para a sua família.* (Sublinhado nosso)

independente - este facto simbolizava, também, o nascer de uma nova nacionalidade, de uma nova identidade que embora subsistindo materialmente, não encontrara até então espaço de reconhecimento, exaltação ou preservação patrimonial.

O processo de construção da Unidade que levaria o povo moçambicano à sua independência política não foi desencadeado apenas pela vontade e pelas forças físicas e morais dos combatentes; também o foi pela criação de um universo simbólico representando a independência do povo moçambicano. Esse universo projectava o povo num imaginário colectivo de sonhos e esperanças e estava muito alicerçado numa pretensa (?) Identidade Cultural Africana (ou moçambicana) que se opunha claramente à ocidental Ordem vigente.

Conquistada a independência, tal universo - embora não tivesse mudado a sua forma - passou a desempenhar novos papéis e a ter outros significados no processo de construção da nova Nação. Neste processo, singular papel iria ser desempenhado pela vertente cultural não somente por ter sido, no passado imediato, desconsiderada; mas também pela diversidade cultural contida no espaço geopoliticamente delimitado, denominado Moçambique.

2. Proposição do problema da pesquisa

Tendo em conta a necessidade de construção de uma nação, que se impunha em 1975, considerando a Nação como uma comunidade de cultura, e guiados por duas premissas de Anthony Smith², pretendemos *analisar o papel desempenhado pela(s) identidade(s) cultural(ais) dos diferentes grupos etnolinguísticos no projecto de construção da nação moçambicana.*

✓ O nosso problema prende-se essencialmente com os instrumentos históricos,

² Nomeadamente: 1- As nações requerem sempre elementos étnicos; e 2- O nacionalismo é uma ideologia política que tem como centro uma doutrina cultural, dependente da introdução de novos conceitos, linguagens e símbolos. Smith, *op.cit.* p.59 e 98.

simbólicos, linguísticos, materiais ou ideológicos, usados pelo Estado face a uma necessidade da criação de mecanismos de identificação a nível nacional. Por outro lado, entendendo a Nação como um fenómeno bidimensional - construído pelo alto mas impossível de se compreender se não for analisado por baixo - revelou-se interessante constatar o efeito do uso de tais instrumentos a um nível local(izado). Isto quer dizer que fica, à partida, posta de lado qualquer análise sobre o problema das diferenças étnicas, em si. O que está em discussão é o relacionamento dos grupos etnolinguísticos, como um todo, com a nova entidade em construção, ou seja, a nação.

Tudo isto significa que duas ordens de factores motivam a realização do presente Projecto. No campo teórico observa-se a necessidade de produzir um novo tipo de abordagem sobre a problemática da identidade nacional - concretamente sobre Moçambique - , que privilegie a dimensão cultural e a análise de contextos micro. Por outro lado, a um nível pragmático, abordar a questão da nossa identidade nacional quando a nação completa os seus 25 anos mostra-se um importante exercício reflexivo e um acto de afirmação de cidadania.

3. Revisão bibliográfica

De um modo geral, existe uma extensa e rica bibliografia relativa ao tema. As abordagens feitas sobre os processos de construção de Nação/Identidade nacional, por um lado, atêm-se demasiadamente na questão do Nacionalismo, sugerindo as mais variadas tipologias, e por outro analisam apenas variações que ocorrem dentro do macrocontexto europeu. Para outras áreas geográficas reservam um pequeno apêndice que acaba por se revelar não realista pela grosseira generalização. Explicitamente poucos reservaram mais do que dois parágrafos para analisar o contexto específico africano.

Contudo, a riqueza e a amplitude das tipologias propostas fornece um instrumento teórico que ajuda a lançar uma luz sobre outros contextos socio-históricos.

A partir da sua análise à evolução histórica dos agrupamentos humanos, Pierre Vilar ³ aborda o fenómeno da nação/nacionalismo. Remontando ao Império Romano, este autor faz ressaltar que foi da sua formação e dissolução que resultaram as actuais formações nacionais e políticas da Europa Ocidental. Também desse império adveio a fixação da ideologia de pátria como valor moral supremo, para além da unidade e personalidade dos actuais estados-nação.

As, assim denominadas, invasões bárbaras teriam determinado diferenciações linguísticas pela consciência de existência de "nacionalidades", não tanto vinculadas à terra mas às origens longínquas e às particularidades linguísticas. Deste modo é que as "nações" assimilaram-se às "línguas". A Idade Média ocidental caracterizou-se pela condenação das divisões em nome da unidade da Cristandade, cujos símbolos eram a igreja e o latim. Perante a autoridade espiritual (o Papa) outros quiseram refazer a unidade política do Império, e o resultado disso foi o surgimento de "Estados" menores que o Império mas maiores que as nacionalidades provinciais. Esses estados continham elementos de origem e natureza diversa.

Segundó Vilar, na etapa seguinte assistiu-se a um fortalecimento do Estado, acompanhado do triunfo do Capitalismo e da afirmação progressiva de solidariedades "nacionais". A língua converteu-se num sinal de unidade política - depois de o ter sido de uma vaga comunidade de "nação" - e a Reforma da Igreja abandonou o latim em favor das "línguas vulgares". A unificação das moedas tornou-se num dos principais símbolos da unidade do Estado moderno ao mesmo tempo que, politicamente, os súbditos de um mesmo príncipe evidenciavam uma "solidariedade de interesses". A concepção económica mercantilista que almejava a riqueza do grupo juntou-se à concepção política já "nacionalista". Foi essa concepção que levou as "Províncias Unidas" - ou Países Baixos protestantes - a libertarem-se, pela luta, da soberania espanhola e a protagonizarem, deste modo, a primeira guerra nacional da qual resultou a formação de um estado nacional.

³ Texto de apoio, sem referência.

Já em pleno século XIX, ressalta este autor, a Revolução Francesa criou uma aproximação entre a ideia de “nação” e a de governo saído da “vontade do povo”. A nação vai então estar ligada às noções de liberdade e igualdade ganhando a conotação de popular. Apresentou-se, todavia, uma variação: a noção alemã de nacionalidade, referida por Herder e Fichte, correspondia a um vago sentimento de pertença a um povo com a sua raça, língua e história comuns; e não à francesa noção de “vontade geral”. Em todo o século XIX a Europa foi dominada pelo “problema das nacionalidades”. A ideia de “nação” – ligada aos princípios da Revolução francesa como vontade nacional – é uma ideia “progressista” para os Homens daquele tempo, a própria expressão *nacionalista* é mais sentimental que teórica. Por outro lado, deu-se uma ligação entre a ideia nacional e a ideia industrial alimentada pela necessidade de expansão que também exigia medidas proteccionistas.

Na aurora do século XX (1905-1913), os nacionalismos terão atingido o seu apogeu com o aparecimento do Imperialismo. Entre 1871 e 1914 a ideologia, que se pode chamar “nacionalitária”, do século XIX transformou-se em Nacionalismo, doutrina que considerava a Nação como facto fundamental e finalidade suprema. Constituídos e saturados os mercados nacionais, a partilha comercial e colonial do mundo agudizou rivalidades e conflitos, era o fenómeno do Imperialismo.

A controvérsia em relação ao caminho a ser seguido, trouxe para o debate contribuições de alguns pensadores de esquerda nomeadamente Rosa Luxemburgo, Otto Bauer (com Karl Renner), Vladimir Lenine e Jose Estaline. Marx e Engels, ao realçarem a necessidade da solidariedade internacional do proletariado, viam as questões nacionais sobretudo como factores possíveis de desenvolvimento económico, enquanto condicionantes da formação e das capacidades de luta das classes operárias.

Rosa de Luxemburgo, citada por Vilar, enuncia que o Estado nacional e o Nacionalismo são envelopes vazios nos quais cada época e relações de classes específicas a cada contexto, colocam o seu conteúdo material particular. Lenine

reconhece legitimidade histórica aos movimentos nacionalistas, desde que eles tenham um conteúdo progressivo como sejam a libertação do entorpecimento feudal ou a luta em prol da soberania do povo e da nação. Todavia, para Lenine, o movimento nacionalista não garante a sua existência se não comportar a “exigência de um Estado”. Bauer fala directamente de nação, e diz que ela constitui uma unidade orgânica da qual fazem parte todos os homens que têm em comum um destino histórico.

Os critérios objectivos e subjectivos, históricos e políticos defendidos por Lenine foram aglutinados numa mesma definição de nação proposta por Estaline, que Vilar cita textualmente:

A Nação é uma comunidade estável, historicamente constituída, de língua, de território, de vida económica e de formação psíquica, que se traduz numa comunidade de cultura.

A esta definição completa-se a afirmação de que a nação é uma categoria histórica de determinada época: a do Capitalismo ascendente.

De seguida este autor apresenta o seu instrumento de análise histórica que foi comprovado pelo exposto. Em primeiro lugar, a nação surgiu de factos de “longuíssima duração” (linguísticos, psíquicos, culturais, territoriais, etc....). Em segundo lugar, a nação como fenómeno histórico, é um fenómeno de “duração média” como o são a ascensão do modo de produção capitalista, o respectivo prelúdio mercantil e a plenitude no capitalismo industrial. Em terceiro e último lugar, os *movimentos e acontecimentos*, factos de “curta duração”, são os que implicam na existência do grupo, os interesses de classe que atacam, invocam, negam, organizam, exaltam, etc...a colectividade de longa duração.

Para concluir, Vilar propõe-se a fazer uma síntese sobre a noção de *movimento*

nacionalista, uma abordagem sobre os problemas *nacionais* entre as duas grandes guerras e uma abordagem sobre os mesmos problemas depois de 1945. Fazendo outra referência a Jose Estaline, ele constata que na Europa Ocidental a formação de nações significava, simultaneamente, a sua "transformação em Estados Nacionais independentes". As nações inglesa, francesa e outras eram, ao mesmo tempo, os "Estados" inglês, francês, etc. A Irlanda - que permaneceu à margem deste processo - não alterou em nada a visão do conjunto. Diferentemente, na Europa Oriental constituíram-se "Estados multinacionais" compostos por várias "nacionalidades". Na Europa Ocidental, a Irlanda respondeu ao regime de exceção criando um movimento nacional; no Oriente as nações que despertaram tinham que responder de igual modo.

O movimento nacional, propriamente dito, gerou-se a partir de uma luta pelo mercado entre diferentes burguesias nacionais. Estas - em face das medidas proteccionistas em que degenerou tal luta - transferiram a luta da esfera económica para a esfera política, apelando ao "sentido patriótico" e fazendo coincidir a sua causa com a do "seu" povo, esse povo agrupava se à volta da sua burguesia e da sua bandeira. Assim se gerava o movimento nacional.

Em relação aos problemas enfrentados pela *Nação* no período que separou as duas guerras mundiais, a URSS criou um tipo particular de relações entre as numerosas "nacionalidades": a classe dominante (o Proletariado) dominava o Estado centralizado enquanto às "nacionalidades" deixava uma ampla "autonomia cultural". No Ocidente o nacionalismo deixou de ser uma "teoria" e converteu-se numa "doutrina" que pregava a "unidade da Nação" acima das classes, dos interesses e, eventualmente, das minorias étnicas. Nos países vencedores da I Guerra Mundial e nos Estados pequenos, ou novos submetidos à influência dos grandes, eram verificáveis duas fases de nacionalismo: na primeira observava-se um nacionalismo orgulhoso dos meios dirigentes e dos "antigos combatentes" e, na segunda o patriotismo era popular e antifascista.

Durante a II Guerra Mundial um dos problemas - *nacionais* - que se colocavam às "resistências" era sobre que classe social, uma vez alcançada a vitória *nacional*, se



declararia responsável pela *Nação*? Com raras excepções, a resposta dependeu das zonas de influência das grandes potências.

Finalmente, os problemas *nacionais* desde 1945 afectavam as relações entre a URSS e os outros países socialistas e, a estruturação da Europa - cujo caminho para a União se confrontava com resistência de interesses (interiores) *nacionais* e com a carência de elementos de longa duração (língua, cultura,...) que haviam moldado as comunidades nacionais. Por outro lado, o facto novo da segunda metade do séc. XX - a libertação dos povos colonizados - trouxe inter-relações etnias-nações-Estados-classes sociais sobrepostas de forma ainda mais complexa que nos episódios clássicos. Em face dos últimos desenvolvimentos, o autor termina recordando indicações de Vladimir Lenine sobre a simultaneidade de duas "tendências históricas": uma que tendia para a criação de Estados nacionais e outra para a proliferação dos vínculos internacionais. Ambas encontravam-se bastante presentes quer no seio do Socialismo como no do Capitalismo.

Edgar Morin⁴ ao tentar construir uma Teoria da Nação começa por analisar o, por ele chamado, sentimento nacional, um dos elementos do tripé interdependente que inclui também a consciência nacional (de natureza psicológica) e a identidade nacional (de natureza antropossociológica). A identidade nacional, segundo este autor, se elaborou primeiro na França e Inglaterra - por uma mistura de diversas etnias de que resultou uma unidade cultural, eventualmente a Nação - graças ao "papel nuclear" desempenhado pelo poder estatal.

Por seu lado, o indivíduo ao interiorizar, na sua socialização primária, a História da formação da nação passa a participar e a agarrar-se nela. Deste modo, ele provoca uma identificação íntima com esse "grande ser histórico" imortal e intemporal. Todavia, esse processo não é unívoco pois o indivíduo não se limita a fundir-se numa identificação, ele funda a sua Identidade numa gloriosa História, num complexo cultural e numa afirmação de especificidade.

⁴ Morin, E. *Sociologia* PEA, Lisboa, s/d, p 105-113.

Depois de enumerar as vagas de surgimento de novas nações e situar o Terceiro Mundo na quinta e última delas todas (entre 1939-1945), Vilar refere que novas nações enfrentam problemas igualmente novos. A necessidade de identidade e consciência nacionais é que faz nascer o estado-nação e; a nação quando esta, muitas vezes, sofre de "carências infantis" como uma língua comum, uma rede de comunicações ou uma economia nacionais. Assim, será a classe política nacionalista (urbanizada) quem cria o partido-estado, cuja missão consiste em constituir a Nação a partir de populações étnica e culturalmente heterogêneas, o que significa que a "superestrutura" é anterior e cria a "infra-estrutura".

Sobre a África quatro linhas: *Na África, a necessidade de identidade nacional hesitou entre o conceito de África Negra e os estados balcanizados de facto. A nação ainda não se cristalizou [1964], mas parece que as forças de balcanização vencerão, dado que não há um poder hegemónico capaz de garantir a unidade a ferro e fogo.* Assim, certos estados africanos incorporariam o grupo de nações que viveu as chamadas *ontogéneses aceleradas* por distinção às *ontogéneses europeias* que resultam de um longo processo. Para concluir mais uma díade de ontogéneses: a) as que se efectuam a partir de um sentimento de pertença a uma unidade étnica, linguística ou cultural, ou seja, a um povo e, b) as que se efectuam a partir de um estado reinando num território.

Numa perspectiva mais teórico-metodológica Michel Wieviorka⁵ descreve um quadro panorâmico de discussões sobre as nações e o nacionalismo. Percorrendo vários autores, Wieviorka começa por enunciar a definição de Nação de Jose Estaline, a mesma que tenta enumerar elementos objectivos passíveis de transmitir a ideia de Nação. Depois de apresentar a crítica que Eric Hobsbawm faz a esse tipo de tentativa (definição objectiva), o autor ressalta através de Dominique Schnapper o carácter integracionista da nação e acaba por concluir que é mais importante explicar - através de uma Sociologia

⁵ Wieviorka, M. "O Nacionalismo" In: A Democracia à prova: nacionalismo, populismo, etnicidade Instituto Piaget, Lisboa, 1995, p 29-85.

da acção - a acção dos indivíduos que se mobilizam numa nação. Numa palavra, seria mais urgente compreender o nacionalismo do que dizer o que é, ou não é, a nação.

Indo concretamente ao campo teórico o autor constata que ele é, eminentemente, um espaço bipolar (izado). Seguindo diade por diade: à uma concepção francesa de nação como plebiscito diário que tem o solo e a cidadania como referências, contrapõe-se a concepção alemã de nação como unidade histórica e cultural, que convoca uma pertença orgânica e que tem a cultura e o sangue como referências. Se Renan retomou Louis Dumont para ser a favor da primeira concepção, Herder e Fichte são apologistas da segunda. Contudo, ressalta Wieviorka, estabelecer uma dicotomia entre os pensadores franceses e alemães radicaliza a argumentação uma vez que existem pontos de contacto entre eles.

Hans Kohn, citado por Wieviorka, divide a ideologia nacionalista em racional e orgânica. Se existem nacionalistas obcecados com um estado independente dotado de todos os atributos, como forças armadas ou moeda, outros há mais preocupados com a preservação da língua e da cultura. Para Wieviorka, se quisermos adoptar um ponto de vista mais político e histórico teremos que adoptar a posição de Michel Winock, que propõe uma diade entre um nacionalismo aberto, generoso e confiante na nação, e um nacionalismo fechado que surge em períodos de crise e é dominado pelo medo.

Por último Wieviorka analisa o nacionalismo a partir do seu relacionamento, positivo ou negativo, com a Modernidade. Por um lado, encontra o nacionalismo como elemento essencial de modernidade desenvolvendo o projecto de integração da cultura e da economia num conjunto nacional, o que segundo Ernest Gellner explica relativamente bem a Europa, por outro lado, encontra um nacionalismo que reage contra a urbanização e a industrialização, alimenta-se de uma idade de ouro rural destruída pela alienígena penetração capitalista e advoga o fechamento sobre si próprio. Nominalmente ter-se-à, portanto, o nacionalismo globalista e moderno e o nacionalismo diferencialista e antimoderno.

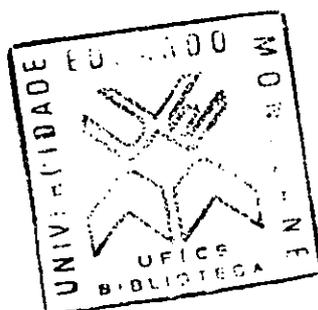
Enunciado o instrumento de análise, este autor chama a nossa atenção para o facto de ele não constituir uma teoria ou uma explicação global do fenómeno, ele serve de luz com a qual se pode iluminar diversos contextos históricos que apresentem mais ou menos variações ao enunciado. A este propósito o autor cita Anthony Smith que diz que conceptualmente a nação mistura dois conjuntos de dimensões - cívico e territorial, e étnico e genealógico - em proporções que variam segundo os casos.

Contudo para completar as precauções metodológicas, Wieviorka enumera quatro pontos críticos a considerar:

O primeiro ponto crítico consiste em sobrevalorizar apenas um dos pólos do princípio de bipolaridade, uma vez que eles constituem meras categorias analíticas e muitas vezes casos práticos demonstram um indistinguível sincretismo. O segundo é considerar o nacionalismo numa perspectiva evolucionista ou historicista que considera existir uma fase e lugar do seu surgimento, transformação, apogeu e declínio. O nacionalismo é dinâmico complexo e a cada momento contém em si vários posicionamentos opostos. O terceiro ponto é assumir a existência de uma ligação directa e constante entre a consciência dos nacionalistas e da população que pretendem encarnar. O quarto é acomodar-se em ideias preconcebidas de ligação do nacionalismo com outras identidades sociais ou culturais.

Eric Hobsbawm⁶ resume em cinco pontos a sua posição sobre os conceitos de Nação e Nacionalismo. O nacionalismo será, segundo Ernest Gellner, fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes. Assim, o dever político com a nação deve superar todas as outras obrigações públicas e, em casos extremos (como guerras), a todos os outros tipos de obrigações. A sua segunda ideia é a de que a nação é um fenómeno pertencente exclusivamente a um período particular e historicamente recente, isto é, que apenas se torna entidade social quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação. Analiticamente, o nacionalismo vem antes das nações, estas

⁶ Hobsbawm, E. Nações e nacionalismo desde 1780 Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.



não formam os estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.

As nações, postula Hobsbawm - assim como pertencem a um tipo particular de estado territorial - apenas surgem num estágio particular de desenvolvimento económico e tecnológico - escolarização, imprensa, televisão, etc.-, e devem ser analisadas em termos de condições económicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências. A quarta posição deste autor é de que as nações são fenómenos bidimensionais: construídos pelo alto, mas impossíveis de se compreender se não forem analisadas de baixo. Este facto decorre da constatação de que as ideologias oficiais não conduzem nem aos mais fiéis correligionários; que a identificação nacional não aparece, para a maioria das pessoas, como superior às restantes mas sim como uma combinação com elas. A identificação nacional pode mudar-se e deslocar-se no tempo.

A última posição de Hobsbawm é a de que o desenvolvimento do nacionalismo e das nações, em estados longamente estabelecidos, não foi estudado intensivamente. A transição da fase dos pioneiros e militantes da "ideia nacional" à fase da massificação dos programas nacionalistas, é crucial na cronologia dos movimentos nacionais: algumas vezes ocorre antes da criação de um estado nacional mas com mais frequência depois, como consequência dela; outras vezes nem aí a transição ocorre.

Numa perspectiva teórica relativamente distanciada do(s) paradigma(s) até aqui reflectido(s), surge Georges Nzongola-Ntalaja⁷. Este autor inicia o seu raciocínio com a premissa de que a construção da nação não é, de qualquer forma, uma ideia ocidental. Shaka, Lobengula, Ilunga e Nzinga são alguns exemplos ilustrativos de que a África pré-colonial teve construtores de nação sem qualquer benefício das ideias ocidentais. Logo, para a análise da construção da nação em África é necessário separar o eurocentrismo presente no quadro das ciências sociais e no marxismo, da vasta aplicabilidade destes instrumentos científicos de análise.

⁷ Nzongola-Ntalaja, G. Nation-Building and State Building in Africa SAPES Trust, Harare, 1993.

Passando directamente para a controversa pergunta *O que é uma Nação?*, este autor adianta imediatamente que a questão pertinente é determinar a partir de que ponto no tempo, as comunidades tornaram-se nações, e como é que os estados governando-as conseguiram alargar a sua autoridade à escala nacional. Duas correntes (a Teoria da Modernização e o Marxismo Ortodoxo) situam tal ponto na emergência do estado-nação moderno na Europa, isto é, a construção de nação será tida como uma ideia nova para grande parte da África. É assim que influenciada por essa concepção a Comunicação Social ocidental continua a retratar a África como um continente cujos países estão presos à entidades tribais ancestrais, que complicam e retardam o surgimento e o desenvolvimento da consciência nacional. Logo, o tribalismo, visto como uma unidade de identificação mais relevante que o país como um Todo, vai explicar todas as crises que aqui se vivem.

Esta posição é criticada por este pois, dando um determinismo *a priori* ao sangue, parentesco, religião e a outros laços, lealdades e afinidades “primordiais”, descarta a interacção entre factores económicos, geopolíticos e de classe, que têm um grande peso na política africana contemporânea. O marxismo ortodoxo – como os teóricos da modernização – ao assumir que a nação é um fenómeno social produzido pelo desenvolvimento do capitalismo assume igualmente que as nações não podem existir na ausência de desenvolvimento capitalista.

Nzongola-Ntalaja replica que a nação, como fenómeno social, não é necessária e exclusivamente um produto do modo de produção capitalista. Ele pode aparecer noutras fases da História, como uma unidade particular de reprodução que requer uma centralização da organização económica e da autoridade política. Tal centralização é melhor efectuada a partir do poder do Estado. Segue-se que há uma relação dialéctica entre estado e nação no mundo moderno, de tal forma que, a segunda ou emerge para coincidir com o primeiro pré-existente, ou consolida-se a si própria como uma nação moderna através da criação do seu próprio estado.

Operacionalizando os conceitos, este autor verifica que a relação entre nação e

estado é mediada por duas matrizes que constituem o quadro material das instituições e práticas sociais: a) a matriz espacial do território e continuidade geográfica e; b) a matriz temporal de uma tradição histórica e cultural partilhada. As duas são condições necessárias da existência da nação, mas são também factores que o Estado pode manipular para promover um maior sentido de identificação colectiva com a Nação – ser sócio-histórico maior e mais significativo do que a localidade ou os grupos regionais.

A seguir Ntalaja delinea o percurso da formação de nações em África. As primeiras nações em África – em diferentes níveis de intensidade - situam-se no período pré-colonial quando correspondiam a formações sociais erguidas sobre linhagens próximas, ou outros grupos de parentesco unidos pela cultura tradicional e por uma estrutura político-administrativa relativamente durável. O colonialismo por um lado desintegrou um grande número de nações pré-coloniais, e por outro lado, uniu diversas nacionalidades africanas e criou uma maior interacção interétnica, para além de uma experiência histórica comum de exploração económica, opressão político-administrativa e cultural.

A questão nacional, segundo este autor, tornou-se mais complexa com o surgimento do Pan-Africanismo. Havia que escolher de entre três entidades aquela que a nação africana adoptaria: a) a *nação étnica*, b) a colonial *nação territorial* ou, c) a *nação pan-africana*. O conceito de nação tornou-se ligado às entidades territoriais - fruto da divisão colonial - não apenas como uma questão de necessidade de organização da luta anti-colonial, mas também como resultado de uma interacção entre interesses capitalistas e da pequena burguesia africana. Por um lado seria mais fácil controlar essa burguesia, e pôr outro, ela mesma criaria terreno mais fértil para o avanço de interesses económicos e políticos. Deste modo em 1958, quando se realizou a Conferência de Todos os Povos Africanos em Accra, falar de um nação pan-africana já não passava de um mero exercício de retórica.

Nzongola Ntalaja constata que o mapa politicamente delineado representa um duplo falhanço: o falhanço do ideal pan-africano de uma única nação sob um Estado

continental e, o falhanço do nacionalismo reaccionário que pretendia recriar e reviver as nações pré-coloniais. Os dois projectos não tinham forças de classe suficientemente organizadas para os realizarem. No terreno a situação era clara: 40 dos 50 estados africanos - com raras excepções - compreendiam uma mistura de povos sem uma tradição cultural à volta da qual todos se poderiam congregarem.

Para este autor a construção nacional nos países multiétnicos, envolve o desenvolvimento de uma entidade igualmente multiétnica, baseada numa história comum de opressão colonial e num cometimento comum de forjar uma nova identidade cultural ligada a todas as tradições do passado. Sem ser desmesuradamente influenciada por uma delas. Por outras palavras, o processo de construção nacional deve reflectir o compromisso de uma unidade na diversidade. Isto implica não apenas a necessidade de integrar todos os mandamentos de todas as culturas de modo a fundar uma nova identidade histórica, mas também um estrito respeito pela língua, originalidade e especificidade de cada grupo.

Seguindo uma abordagem mais concreta dos fenómenos, Yves Benot⁸ aborda a problemática colocada aos Estados africanos então recém-independentes (anos 60): o Renascimento Cultural. Nesse sentido, avança com a premissa que dividir a África independente em ocidentalizados e tradicionalistas, ou em racionalistas e defensores da negritude, não fazia sentido pois ela já não era tradicional (anterior ao tráfico de escravos e à colonização) mas uma mistura de tradições pré-coloniais, influências islâmicas e influências euro-cristãs.

Assim, uma vez alcançada a independência, as nações africanas deviam virar-se para o desenvolvimento cultural que exigia, para além de tudo, determinado suporte material - tipografias, editoras, centros de investigação, universidades, salas de cinema e teatro, museus, etc. Estes recursos eram já visíveis em 1969, mas por altura das independências, eram escassos e cruzavam-se com uma baixa escolarização da população em geral. Por outro lado, Benot ressalta que o investimento cultural não podia

⁸ Benot, Y. Ideologias das Independências Africanas Vol.2, Sá da Costa Ed., Lisboa, 1981.

deixar de ser obra do Estado. O ensino privado, católico ou protestante devia ser apenas uma excepção. Segundo suas palavras: *Só o Estado dispõe de meios materiais para criar a infra-estrutura cultural indispensável a todo o desenvolvimento posterior.*⁹

O problema linguístico era outro desafio que se colocava, no quadro de desenvolvimento cultural. Este autor contesta o argumento de que a escolha das línguas nacionais poderia criar obstáculos aos progressos da unificação africana pois o quadro já traçado - que o mesmo argumento propunha que se seguisse - não era uniforme: nos Estados ex-franceses o ensino primário era do princípio ao fim em francês, nos ex-britânicos começava-se o ensino primário na língua materna das crianças e passava-se a pouco e pouco ao inglês. Concluindo Benot enuncia: *Só a alfabetização em língua africana - escolhendo, em cada caso, uma das línguas de grande difusão, de que as outras são variantes - permitiria ensinar rapidamente a ler e a escrever a massa do povo, e, portanto, fazê-la intervir mais e melhor na vida política do país. (...) É também um sinal de uma identidade nacional, um instrumento de tomada de consciência nacional.*¹⁰

Contudo, ressalta Benot, muitos problemas persistiam por causa da demagogia das burguesias. Ou seja, as camadas privilegiadas, no seu conjunto - as que enriqueceram tanto no sector privado africano como nas burocracias do Estado e do Partido - davam prova de uma grande indiferença em relação às criações culturais africanas, indicativo de que elas não eram, nem pretendiam ser, burguesias nacionais. Este facto tornava a questão "ocidentalização" ou "autenticização" ? Num falso dilema pois *são precisamente os privilegiados das burguesias africanas, esses mesmos que - devido às suas necessidades "ocidentais" - estão na origem do aumento das importações de bens de consumo; que propagam a apologia do tradicionalismo.*¹¹ Deste modo a colonização e a occidentalização estavam na origem do fosso que se criara entre a elite

⁹ *Idem*, p.154. Reportando-se ao caso do Gana, o autor revela que o Programa do Convention People's Party (CPP) de Nkrumah estabeleceu como grandes linhas de desenvolvimento infra-estrutural cultural: a criação de edições do Estado, construção de um teatro nacional, controle de importação de filmes, o desenvolvimento de produção cinematográfica nacional e a defesa das línguas nacionais.

¹⁰ *Idem*, p.157.

ocidentalizada e o povo.

Começando por contextualizar social e historicamente o interface entre Estado unitário e a questão nacional, José Magode e Ângela Khan¹² focalizam de seguida o caso especificamente moçambicano. A primeira constatação é a de que a África viveu processos diferentes dos ocorridos na Europa dos sécs. XVIII e XIX - onde o fenómeno do Estado-nação se circunscreveu aos limites geográficos dos grupos sócio-culturais - e como tal três necessidades se impunham: a formação da cultura nacional a partir da diversidade étnica; o aprofundamento do sentimento de pertença à comunidade nacional e; a integração económica, social inter-étnica para a criação da identidade nacional.

Como hipótese estes autores adiantam que no processo de construção de um estado-nação em Moçambique, a heterogeneidade sócio-cultural, a desintegração económica e cultural e a diversidade dos espaços inter e intra-étnicos, parecem ter revelado que o nacionalismo, como ideologia, não pode ser um critério universal de formação/legitimação de uma identidade nacional, ou de formação nacional, em sociedades pluri-étnicas. Por outras palavras, o conceito de Estado-nação não é representativo da realidade social africana.

Começando pelo contexto africano, Magode e Khan observam aqui, depois de 1945, dois tipos de nacionalismo: um, emergido do subnacionalismo étnico, e o outro, multi-étnico, que reclamava o sentimento mais amplo do patriotismo, correspondente a uma nação política supra-étnica. Os movimentos de libertação optaram pela importação do modelo (ocidental) de Estado unitário sem consciência das consequências de tal medida. Explicando: *Embora assente em práxis e contextos de sociedade marcadas pela pluralidade cultural, e não propriamente pelo nacionalismo fundado na identidade cultural, não transpareciam às elites africanas as consequências do desfasamento entre o que era pretendido, o ideal de estado-nação, inspirado numa práxis extemporânea e*

¹¹ *Idem*, p.167.

¹²Magode,J. & Khan,A. "O Estado Unitário e a Questão Nacional: uma reflexão sobre o caso moçambicano" In: Magode,J. (ed.) Moçambique: Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada, Cegraf, Maputo, 1996.

*concebida como universalizável, com o que eram as realidades sociais locais.*¹³ Como consequência os parâmetros para a construção da nação em África são, principalmente, o território do Estado e a existência de um sistema de valores e normas no sentido "top-down".

Para estes autores os estados pós-coloniais optaram por um regime monopartidário, para exprimir uma realidade de homogeneidade sócio-cultural, num meio social em que nação e nacionalismo eram/são conceitos simbolicamente distanciados. Por outro lado, os movimentos de índole etnonacionalista eram freados como forma de encorajar uma adesão à "Nação" estatal/política da qual se tornam membros, independentemente dos seus laços culturais ou étnicos. Deste modo, não se pode estabelecer qualquer relação entre o nacionalismo como ideologia política dos aparelhos do poder e, o nacionalismo como expressão de identidade sócio-cultural, à semelhança do que sucedeu em certos espaços europeus.

Em Moçambique, segundo estes autores, a Frelimo afirmou-se como força política organizadora do processo de hegemonia em que assentaria o Estado moçambicano - graças, sobretudo, à ilegitimidade e insustentabilidade do sistema colonial. Contudo, a Frelimo não teve políticas apropriadas para o problema do relacionamento com os espaços étnicos e as microssociedades. Enquanto a totalidade dos grupos e sub-formações sociais moçambicanas conservou, durante o dualismo sociocultural colonial, as suas estruturas sócio-políticas. Perante isso - e dada a variedade presente no território moçambicano - a Nacionalidade, como aquisição política, a língua franca e o sistema político instituído não podem ser, por si, critérios suficientes para a preservação da identidade nacional.

Magode e Khan defendem que o projecto de Estado-nação em Moçambique - com toda a sua multiculturalidade - corresponderia a uma práxis social sem o contexto apropriado. No entanto, pela apropriação de instrumentos de legitimação de poder associados à queda do sistema colonial, à um acto de libertação e à uma possibilidade de

¹³ *Idem*, p.46/7.

progresso e desenvolvimento social *o regime político adoptado pela Frelimo pôde aglutinar forças sociais etnicamente diversificadas.*¹⁴ Assim os conceitos de nacionalidade e cidadania seriam, segundo a lógica interna do processo, associados ao critério da identidade política. Do mesmo modo, o conceito de nação seria associado ao critério reducionista que consistia apenas no território herdado do poder colonial, na estrutura política-administrativa e na respectiva armadura política-ideológica.

A finalizar, estes autores concluem que, movido pelo ideal de homogeneização, o critério político-ideológico de identidade utilizado pela Frelimo/Estado ter-se-á tornado num critério de ilegitimação do regime político do Estado e de destruição da identidade alcançada durante a luta anti-colonial.

Desta revisão, pudemos observar que existe uma vasta literatura que se dedica ao tema da construção identitária. Embora seja observável que ela tenha algumas lacunas – das quais o excessivo etnocentrismo é o mais representativo exemplo – fornece alternativas de análise para outros contextos. Os trabalhos feitos ao nível da África, e de Moçambique em particular, ao usarem como ponto de partida uma grelha de análise que assenta na "tradição ocidental" de nação, subvalorizam, ou pelo menos ignoram parcialmente - deliberadamente ou não – a introdução de aspectos culturais particulares na entidade nacional, privilegiando os aspectos formais e institucionais, ou seja, a superestrutura. Procedendo assim, não se analisa a génese de uma possível "forma de Estado-nação africana (moçambicana)" que poderia resultar de uma interacção dialéctica dos princípios universais com pressupostos culturais africanos.

4. Formulação da hipótese de trabalho

A nossa hipótese de trabalho é:

Ao adoptar uma linha de orientação centralista na tentativa de construção de uma nação, o Estado moçambicano privilegiou a homogeneização das diversas particularidades culturais presentes no território. Deste modo, generalizou um padrão

¹⁴ *Idem*, p.84.

exógeno que muitas vezes entrava em choque directo com os valores axiológicos cosmogónicos¹⁵. Este facto tem como resultado uma "indefinição cultural", hoje observável, com efeitos negativos sobre a identificação do indivíduo com a sua colectividade mais vasta, ou seja, a Nação.

5. Quadro teórico

Analicamente, alguns conceitos serão de extrema importância na operacionalização dos dados, o que poderá conduzir a um melhor entendimento/esclarecimento da questão principal; o bastante polissémico conceito de Cultura é um deles. Clifford Geertz¹⁶ tentando fazer um levantamento dos diferentes significados atribuídos ao conceito, faz uma referência ao "importante trabalho antropológico" de Clyde Kluckhohn (*Mirror of Man*) no qual sugerem-se significados como "o modo de vida total de um povo", "o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo" e "uma teoria antropológica sobre o modo como um grupo de pessoas realmente se comporta".

Esquematizando um pouco mais o conceito, John Bodley¹⁷ concebe, de entre outras, as dimensões histórica, comportamental e normativa. Historicamente a Cultura é definida como herança social, ou tradição, que é transmitida às gerações seguintes. Na dimensão comportamental a Cultura é partilhada, um comportamento humano apreendido, um modo de vida. Finalmente, na dimensão normativa, a Cultura representaria ideais, valores, ou regras de vida. Para além disso a Cultura envolve pelo menos três componentes: o que as pessoas pensam, como elas agem, e as suas produções materiais. De entre várias características, ela é partilhada, apreendida, simbólica, integrada e transmitida intergeracionalmente. Esta última característica leva o autor a afirmar que *o aspecto intergeracional da cultura levou alguns antropólogos, especialmente Kroeber (1917) e Leslie White (1949), a tratar a cultura como uma*

¹⁵ Por uma cosmogonia entendemos uma totalidade espacial e cultural; orgânica e coerente, com ideias, valores, significações e normas que lhe são próprias e a distinguem de demais unidades.

¹⁶ Geertz, C. *The Interpretation of Cultures* s/e, s/l, 1973)

¹⁷ Bodley, J. *Cultural Anthropology: Tribes, States, and the Global System* s/e, s/l, 1994.

*entidade superorgânica, que existe para além dos seus portadores individuais. Estes nascem e são moldados por uma cultura preexistente que continua a existir depois da sua morte.*¹⁸

Numa perspectiva igualmente sócio-antropológica, Guy Rocher¹⁹ inspira-se na definição do antropólogo britânico do séc. XIX, Edward Tylor; para definir a Cultura como *um conjunto ligado de maneiras de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizadas que, sendo apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, servem, de uma maneira simultaneamente objectiva e simbólica, para organizar essas pessoas numa colectividade particular distinta.*²⁰ Na explicação destas características, assumem importância particular - no âmbito do presente trabalho - as características do modo de transmissão, pela aprendizagem e não geneticamente; o seu carácter "patrimonial", ou seja, socialmente herdada e; principalmente, a de que em primeiro lugar e antes de tudo a Cultura é constituída por maneiras de pensar, de sentir e de agir partilhadas por uma pluralidade de pessoas.

Por outro lado, e igualmente importante, está a distinção entre o aspecto objectivo - em que os laços mantidos assumem carácter concreto - e o simbólico - a parte mais "imaterial" da significação que provoca uma aderência colectiva. Por último, Rocher faz alusão à função (psico) social que a Cultura desempenha. Esta é, essencialmente, a de reunir uma pluralidade de pessoas numa colectividade específica, para tal pode ser auxiliada pelos laços de sangue, pela proximidade geográfica ou pela coabitação num mesmo território. Isto significa que os Homens elaboram, a partir de laços de sangue, através da Cultura, formas variadas de parentesco, acontecendo o mesmo quando a coabitação territorial ou a divisão do trabalho são utilizadas pela Cultura para forjar as ideias de nação, de pátria ou de propriedade.

¹⁸ Nossa tradução livre. [The cross-generational aspect of culture has led some anthropologists, especially Kroeber (1917) and Leslie White (1949), to treat culture as a superorganic entity, existing beyond its individual human carriers. Individuals are born into and are shaped by a preexisting culture that continues to exist after they die.]

¹⁹ Rocher, G. *Sociologia Geral: A Acção Social* Editorial Presença Lda, Lisboa, 1989.

²⁰ *Idem*, p.105.

Em jeito de conclusão, Rocher postula que *a cultura surge assim como o universo mental, moral e simbólico, comum a uma pluralidade de pessoas, em função do qual as pessoas podem comunicar entre si, reconhecem laços, vínculos, interesses comuns, divergências e opiniões, e se sentem, cada um individualmente e todos colectivamente, membros de uma entidade que as excede e a que se chama um grupo, uma associação, uma colectividade, uma sociedade.*²¹ Esquematizando, diremos que os padrões culturais podem ser considerados a partir de três domínios básicos e interligados: a infra-estrutura, o domínio da cultura material e económica, a estrutura, o domínio da organização social, do poder e das relações interpessoais e, o sistema de crenças ou a superestrutura, o domínio dos símbolos, dos modelos cognitivos e das ideologias.

O conceito *Nação* pode ser definido como *a mais vasta sociedade de pessoas unidas por uma consciência e cultura comuns. Embora ela ocupe um mesmo território, levando os seus membros a terem uma identidade de interesses sobre o lugar e a terra, sua unidade vital provém de um sentimento profundo da sua própria história, sua religião ou sua originalidade cultural, inclusive linguística.*²² A consequência desta definição é que a nação pode existir como comunidade histórica e cultural, independentemente da autonomia política ou soberania estatal. Alain Birou²³ refere-se às condições necessárias para a efectividade de uma comunidade e/ou realidade nacionais. Adicionada à existência de uma cultura global predominante, de um quadro cultural geral, o autor realça a necessidade de *uma plataforma comum de valores que assegurem a integração e o consenso, mais ou menos explícito, dos seus membros* (sublinhado nosso). Para além dessa condição mais geral, o autor salienta duas condições que considera "essenciais": em primeiro lugar, um *projecto* geral de colaboração num empreendimento comum e, em seguida, uma *adesão* dos seus membros a tal projecto.

Outros conceitos que se podem revelar instrumentos úteis são os de Identidade

²¹ *Idem*, p. 111.

²² Silva, B. (coord.) Dicionário de Ciências Sociais Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986, p. 800.

²³ Birou, A. Dicionário de Ciências Sociais 4a. ed., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978, p. 271.

Nacional e Identidade Cultural. Reportando-nos a Anthony Smith²⁴ verifica-se que a Identidade Nacional é concebida como fruto do nacionalismo, e o impacto deste naquela, não pode ser entendido senão através da exploração da sua matriz social e cultural. Este entendimento só será possível porque o nacionalismo é - segundo Smith -, antes de mais, uma "doutrina cultural", uma ideologia política que tem como centro uma "doutrina cultural". Assim, a Identidade Nacional será definida como *uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os membros.*²⁵ Derivado disso a Identidade Cultural é definida em termos históricos, subjectivos e simbólicos como algo referente *não só a uniformidade de elementos ao longo de gerações, mas também a um sentido de continuidade por parte de gerações sucessivas de uma determinada unidade cultural de população, a memórias partilhadas sobre acontecimentos e períodos anteriores da História dessa comunidade e a noções alimentadas por cada geração sobre o destino colectivo dessa unidade e a sua cultura.*²⁶

Tentando sintetizar, poderemos afirmar que a Cultura diz respeito à toda relação do Homem com e no seu meio - seja ela simbólica ou material -, donde se verifica a presença de critérios de inclusão/exclusão conforme se trate de um tipo de relações partilhadas ou não partilhadas. Por conseguinte a Nação - como entidade política, económica e histórica, mas, sobretudo, cultural - tem/terá que necessariamente fazer uso desse património, designado Identidade Cultural, como forma de provocar "adesão ao seu projecto". Com estas definições esperamos ter um poderoso instrumento de análise.

6. Metodologia

A investigação que está na base deste Projecto de Pesquisa explorou três tipos de fontes: a) fontes secundárias como obras sobre o tema (tanto a nível geral como no caso

²⁴ Smith, A. A Identidade Nacional Gradiva, Lisboa, 1997.

²⁵ *Idem*, p. 58.

²⁶ *Idem*, p.41/2.

moçambicano), artigos e outros trabalhos académicos (publicados ou não), b) fontes primárias como sejam os documentos oficiais (relatórios, actas, discursos, etc...) do Governo, do Partido e do Estado produzidos na época do pós-independência, tanto a nível central como local e, c) fontes orais que são essencialmente constituídas por entrevistas semi-estruturadas realizadas no distrito. As investigações preliminares desenvolveram-se em duas fases distintas; a primeira consistiu numa pesquisa teórico-bibliográfica e teve lugar nas bibliotecas disponíveis tanto em Maputo como na Beira. Foi consultada a bibliografia que nos pareceu mais pertinente, de acordo com a problemática e a abordagem escolhidas para este Projecto.

A segunda fase desenvolveu-se segundo a tradição da Antropologia, desde Malinowski, altura em que a Observação Participante emergiu como metodologia paradigmaticamente privilegiada. Deste modo, realizamos, na vila-sede do distrito de Marromeu, entrevistas com membros de vários estratos sociais e escalões etários visando a reconstituição histórica do imediato pós-independência, de modo a discernir como é que foram percebidas e/ou assimiladas, ou não, as medidas tomadas ao nível central, em relação à construção do estado-nação. Um levantamento efectuado nos arquivos da Administração permitiu-nos dar conta da implementação de tais medidas pelos órgãos locais de poder.

O resultado desse interface deverá permitir, não apenas dar conta da situação prevalente no pós-independência, como também pensar e rever os vários significados, papéis, contornos e *status* que a cultura assumiu no âmbito do projecto de construção da nação moçambicana.

Isto significa que será feita uma conjugação entre:

a) uma perspectiva **funcionalista** pois partindo do princípio que o conceito de sociedade, ou de outro grupo social mais estrito, é visto como *um todo em funcionamento, um sistema em operação. E o papel das partes nesse todo é compreendido como funções no complexo de estrutura e organização*²⁷; pretende-se

²⁷ Lakatos, E. & Marconi, M. Sociologia Geral 7a.ed., Atlas, S.Paulo, 1999, p.38.

averiguar a função das práticas e valores tradicionais no sentido de assegurar o projecto de construção da nação moçambicana que poderia, ou não, ser alicerçado pela identidade cultural;

b) uma perspectiva **monográfica** pois parte da premissa de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes²⁸. Desenvolvendo um estudo intensivo no distrito de Marromeu poder-se-ão tirar ilações mais gerais – ou até nacionais – de como a dinâmica cultural dos grupos etnolinguísticos foi levada em conta no processo de construção da nação moçambicana e;

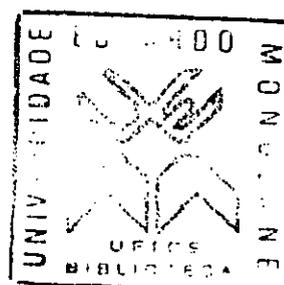
c) uma perspectiva **histórica** uma vez que se pretende destrinçar como é que a valorização, ou não, da multiculturalidade nacional durante o pós-independência explica/influencia o estado hodierno do sentimento de identidade nacional.

O método de pesquisa seguido é predominantemente qualitativo, tendo sido utilizadas técnicas como a descrição dos dados observados no terreno, interpretação das entrevistas semi-estruturadas realizadas e a análise dos documentos disponíveis tanto no campo como a nível central. O estudo deverá se circunscrever ao distrito sofalense de Marromeu e abarcar o período que vai desde a proclamação da independência (1975) ao fim da I República em Moçambique (1990).

7. A problemática da construção identitária em Moçambique

Moçambique, tal como todos os outros estados africanos - que herdaram fronteiras políticas definidas pelos poderes coloniais europeus - enfrentava, no período imediatamente a seguir à independência nacional, três desafios gerais, nomeadamente a necessidade de se formar a cultura nacional a partir da diversidade étnica, a exigência de se aprofundar o sentimento de pertença à comunidade nacional por parte dos diferentes

Idem, p.35-6.



grupos sócio-culturais e, a urgência de promoção do processo de integração económica e social inter-étnica, elemento necessário para a criação de uma identidade nacional.²⁹ Num outro desenvolvimento, o movimento que conduziu a luta armada de libertação nacional - Frente de Libertação de Moçambique - enfrentava dois desafios peculiares: por um lado, tinha que fazer face à grave crise económica que se abatera sobre o território nos últimos anos do regime colonial e, por outro lado, mostrava-se necessário estender a autoridade política à escala nacional, sobretudo quando toda a experiência de gestão política vinha das, menos complexas, áreas controladas no decorrer da luta anti-colonial, as designadas Zonas Libertadas.

Embora se tenha assistido, em alguns novos estados africanos dos anos 60³⁰, a uma tentativa de construção de formas africanas de socialismo; Moçambique, obedecendo aliás ao contexto geopolítico internacional caracterizado por um recrudescer da Guerra Fria, optou pela construção de um Socialismo Marxista Leninista. O primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, lendo o Relatório do Comité Político Permanente à Quarta Sessão do Comité Central da Frelimo, afirmou o seguinte: *Nós deploramos a ideia de poder existir um "socialismo africano" ou um "socialismo moçambicano". Afirmamos firme e deliberadamente que apenas pode existir uma forma de socialismo, nomeadamente o Socialismo Científico.*³¹ Essa opção traduzia-se na prática por dois objectivos estratégicos: *Socialização do campo e Centralismo Democrático*. Incidindo sobre a vertente económica, a socialização do campo era constituída por dois elementos primordiais. Em primeiro lugar, o enquadramento dos camponeses em Aldeias Comuns. E, em segundo, a substituição do modelo económico da produção familiar pelo modelo de produção colectiva.

O centralismo democrático designa um vasto aparelho político montado do topo à base prevendo contar com uma participação popular massiça. Efectivamente, uma pirâmide de assembleias populares aos níveis nacional, provincial, distrital, urbano e

²⁹ Magode, *op. Cit.*, p.40.

³⁰ Destes o Senegal de Leopold Senghor, a Tanzania de Julius Nyerere e a Guiné de Sekou Touré podem ser os casos mais ilustrativos.

³¹ Revista Voz da Revolução Setembro de 1978, p.7 citada por Spectator "Building the Party in Mozambique" In: The African Communist s/l, 1979, pp 45-63. Tradução nossa.

local foi criada totalizando o número de 1341 em 1977; por outro lado, as *células* do Partido - outro meio de extensão de autoridade - atingiram o número de 4200 em 1983.³² Os Grupos Dinamizadores - que podem ser confundidos com células do Partido ao nível da base - tinham como missão mobilizar as populações para o ideário da Frelimo, assim como transmitirem, e fazer cumprir, as ordens emanadas pelo Partido-Estado. Por seu turno, as Assembleias do Povo transmitiam e executavam as orientações superiores do Partido, cumprindo papel semelhante ao das "Organizações Democráticas de Massas" (Organização da Mulher Moçambicana, Organização dos Trabalhadores Moçambicanos e Organização da Juventude Moçambicana).

A Aldeia Comunal foi definida como "uma força superior de organização de um conjunto de famílias (500 ou 1000) num determinado local escolhido de modo a permitir a essas mesmas famílias uma vida completa" ou seja, cumprindo "todas as exigências de uma vida que nós queremos colectiva".³³ Portanto, a parte habitacional constituía apenas uma das componentes das Aldeias Comunais. Ela representava todo um modelo de organização social, para o desenvolvimento económico e das condições de vida. A sua orientação básica era a de que a realização das tarefas, tanto no que dizia respeito ao trabalho como nos outros domínios das actividades diárias, deveria ser sempre orientada pelo princípio da vida colectiva. Acto contínuo, todas as estruturas políticas já referenciadas foram aí montadas para cumprirem com as suas respectivas funções.

No plano linguístico o português foi adoptado como língua oficial, o que significou um amplo esforço de alfabetização e a criação de um sistema nacional de educação. Quanto ao papel e o lugar reservado às línguas nacionais, verificava-se uma indefinição. Nas zonas rurais, a aldeia ou o concelho comunitário substituíram as aldeias baseadas na linhagem mais antiga. Passaram a existir estruturas consultivas ou democráticas no local de trabalho ou na comunidade, em que todos participavam. O acesso à saúde e à educação foi alargado e extensivo a todos. Ao nível da aldeia, os chefes foram substituídos por presidentes e secretários do Partido, símbolos da nova

³² Newitt, M. *História de Moçambique* Publicações Europa-América, Lisboa, 1997, p 467 e 468.

³³ RPM I *Reunião Nacional de Agricultura - Definição da organização de uma Aldeia Comunal* Doc. Inf. CDI. ICM (9) 1975.10.3, p.3.

ordem social. Desencorajaram-se expressões de etnicidade e os antigos tribunais de chefes e anciãos foram substituídos por Tribunais Populares, onde todas as pessoas poderiam ir procurar pela justiça. Eliminou-se o poder institucionalizado das religiões e as igrejas perderam as suas propriedades, todo o seu papel na educação e o seu controle sobre o casamento.³⁴

Ao nível social, uma das transformações mais importantes teve lugar no papel das mulheres, bem espelhada nas palavras de Samora Machel aquando da fundação da OMM, em 1973:

*A emancipação das mulheres não é um acto de caridade, o resultado de uma atitude humanitária ou compadecida. A libertação das mulheres é uma necessidade fundamental para a revolução, o garante da sua continuidade e a condição prévia da sua vitória. O principal objectivo da revolução é destruir o sistema de exploração e construir uma nova sociedade que liberte o potencial dos seres humanos, reconciliando-os com o trabalho e a natureza. É neste contexto que surge a questão da emancipação das mulheres.*³⁵

Uma vez que a abolição do direito consuetudinário representava mais um passo na eliminação do "feudalismo" das sociedades camponesas, em 1976 o novo Direito da Família discutido pela Frelimo e pela OMM impunha - de entre outras coisas - o casamento monógamo, a tomada de decisões conjunta sobre o local de residência e a posse conjunta de propriedade.

Em termos gerais estava-se perante um "processo de transformação profunda da sociedade moçambicana que se traduz na revolucionarização das relações sociais".³⁶ Ora, essa transformação das relações sociais teve efeitos perversos, quiçá perniciosos, do ponto de vista da sua introdução e aplicação no contexto sócio-cultural e histórico em presença.

³⁴ Newitt, *op. cit.*, p.470.

³⁵ Urdang, S The last transition ? Women and Development in Mozambique, p.90 In: Newitt, *op. cit.*, p. 471.

³⁶ RPM, *op. cit.*, p.2.

No período que vai de 1975 a 1983 a diversidade política e cultural foi obstruída e mesmo abertamente combatida³⁷. O poder teorizou o autoritarismo de Estado e a repressão de interesses e ideologias divergentes ou dissidentes³⁸. O III Congresso da Frelimo formalizou a tendência radicalizante, e na sequência das suas orientações foi criada, no mesmo ano do congresso (1977), a Comissão Nacional do Plano que iria ser responsável pela centralização de todas as decisões da política económica. Os membros do Partido mudaram gradualmente a sua função de dinamização, motivação e criação de consciência política num povo recentemente libertado, para a emissão de ordens e envio às províncias de orientações do Partido tomadas a nível central³⁹. No lugar de "participação popular" estava um centralismo democrático que deixou de ser um princípio estruturante da dinâmica interna do Partido, para passar a ser um princípio globalizante de organização da sociedade.

A estratégia para vencer o subdesenvolvimento foi concebida passando pela modernização da vida nas zonas rurais e, pela introdução de novos conhecimentos técnico-científicos e de formas mais modernas de organização da produção⁴⁰. Tais formas de organização deveriam romper com as estruturas sociais do colonialismo - principalmente com o regime de produção e de acumulação capitalista que previa a propriedade privada dos meios de produção -, suprimir a organização social tradicional - fazendo surgir uma classe de proletários rurais - e subordiná-la aos princípios ideológicos do Estado. A expropriação dos meios de produção aos grupos domésticos, por exemplo as terras - com toda a sua carga simbólica - e mão-de-obra familiar; complementada por uma marginalização das autoridades tradicionais, contribuíram sobremaneira para a desestruturação da segurança reprodutiva de tais grupos. Essa segurança fundava-se na pertença a uma comunidade linhageira, na qual as relações de produção se integravam num conjunto mais abrangente de relações políticas e sociais,

³⁷ Machili, C. "Unidade e diversidade: Centralização e descentralização no processo eleitoral 94 em Moçambique" In: Mazula, B. Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento Inter-Africa Group, Maputo, 1995, pp 377-421, p. 392.

³⁸ Cabaço, J. "A longa estrada da democracia moçambicana" In: Mazula, *op. cit.*, pp 79-114, p.84.

³⁹ Newitt, *op. cit.*, p.467.

⁴⁰ Cabaço, *op. cit.*, p.93.

arregimentadas em torno da estrutura de parentesco, sobre a qual conceptualizavam as funções de poder, da ideologia, do universo mágico-religioso, e da produção⁴¹.

Portanto, adoptou-se uma concepção de unidade nacional identificada com o Partido Frelimo (criado em 1977), permeada por todo um processo de uniformização de princípios e métodos de trabalho, planificação centralizada e a sistematização de princípios dos sectores sociais, em particular a Educação. O esforço realizado dava a imagem da Frelimo como representante exclusiva do consenso popular⁴². Consequentemente, era uma unidade nacional concebida no desrespeito pela diferença⁴³ e na negação da busca de denominadores comuns. Essa unidade era concebida como a convergência de todos na forma superior de identidade que nascia da experiência fundamental da libertação⁴⁴. Ao mesmo tempo, a Frelimo procurava ocultar possíveis tensões sociais, pois atribuía às diferenças étnicas "o mal de dividir para reinar" dos portugueses, substituindo-as por uma análise dos problemas sociais e económicos de classe⁴⁵.

Cinco anos após a independência, e gorada a confiança nas promessas feitas; os elementos socioculturais violentados pelo processo, associaram-se à evocação dos métodos e comportamentos errados dos responsáveis e ao mal-estar da fome e insegurança de cada um, criando um sentimento de descontentamento no campo⁴⁶. Num país onde a escola não conseguiu atingir a maioria da população, agravada com a emergente situação da guerra, a língua oficial não se impôs mesmo ao nível da administração pública⁴⁷. O Sistema Nacional de Educação (SNE) foi concebido por equipas técnicas sem grande envolvimento dos professores, o que provocou uma certa

⁴¹ Florêncio, *op. cit.*, pp 176-179.

⁴² Machili, *op. cit.*, p.390.

⁴³ Sérgio Vieira, membro sénior da Frelimo, intervindo num fórum académico em 1980, enunciou o seguinte: *O facto de ainda existirem muitas tribos no nosso continente vai contra o estabelecimento da unidade nacional. A divisão da população em várias tribos e grupos étnicos constitui um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do movimento revolucionário.* Intervenção na Conferência Científica Internacional, Berlim, 1980.

⁴⁴ Cabaço, *op. cit.*, p.84/5.

⁴⁵ Newitt, *op. cit.*, p.468.

⁴⁶ Cabaço, *op. cit.*, p.88.

⁴⁷ Liphola, M. "Utilização das línguas moçambicanas no processo eleitoral" In: Mazula, *op. cit.*, pp 276-302, p.293.

resistência destes⁴⁸. Já era perceptível o insucesso da estratégia e uma das causas endógenas apontadas para tal era a resistência das sociedades camponesas à implantação das políticas estatais⁴⁹. O Partido, reconhecendo o desfasamento entre as partes, promoveu - entre 1980 e 1982 - uma série de iniciativas visando uma ampla reconciliação entre diversos sectores da sociedade, porém, esta reconciliação, reflectindo a concepção então existente da unidade nacional, foi mais uma vez entendida como uma mera assimilação de outros grupos sociais às posições do partido único⁵⁰.

De 1983 a 1987 a inviabilidade da diversidade política foi reforçada pela interpretação das causas da "guerra de agressão", pelas respostas às iniciativas de diálogo para pôr termo à guerra - o que significava o reconhecimento da existência de uma oposição política ao regime da Frelimo - e, pela emergente reflexão interna na Frelimo sobre as diferenças de desenvolvimento regional no país, embora não se reconhecesse oficialmente a diversidade cultural como factor determinante⁵¹. Ainda neste período, a concepção de unidade nacional ligava-se ao patriotismo e tornava-se refém da estabilidade do governo e unicidade do poder. Os cidadãos foram consciencializados acerca dos seus direitos e deveres - particularmente, no que se referia à defesa da pátria contra as agressões externas -, acerca dos valores da nova sociedade em construção - o anti-regionalismo, anti-racismo, anti-tribalismo, anti-obscurantismo - e, acerca do objectivo da criação do "Homem Novo". Por seu turno, o governo iria revelar eficiência na resposta às expectativas dos cidadãos⁵².

A deficiente inserção nas comunidades destes novos valores contribuiu para o colapso do projecto. Este facto determinou igualmente a crise dos elementos de matriz nacional e dos factores de agregação que o inspiravam. Assistiu-se a um reacender de elementos de natureza centrífuga, em relação ao projecto de construção de uma identidade nacional. As populações dividiram-se em busca de uma unidade a partir da qual iriam reestruturar a própria sobrevivência. O tradicionalismo - referência

⁴⁸ Buendía, M. "Democracia, cidadania e a escola" In: Mazula, *op. cit.*, pp 343-374, p.354.

⁴⁹ Florêncio, *op. cit.*, p.6.

⁵⁰ Cabaço, *op. cit.*, p.93.

⁵¹ Machili, *op. cit.*, p.392.

⁵² *Idem*, p.390.

consolidada na memória recente da comunidade - refloresceu como refúgio natural, acessível e seguro, aquele de que se (re)conhecia melhor a estrutura, os contornos e a solidez. Consoante a experiência de cada um, os cidadãos identificaram-se em torno de diversos laços - crença religiosa, solidariedade familiar, identidade regional ou filiação partidária - que lhes proporcionavam a sensação de serem parte de um agregado no qual poderiam encontrar solidariedade e protecção.⁵³

Entre 1987 e 1990 a negação da diversidade política já não era princípio intransigente da Frelimo. O partido abriu-se à consideração e interpretação criteriosa da diversidade cultural, cuja sistematização já havia sido feita pela Secretaria de Estado da Cultura entre 1982 e 1985. Paralelamente uma reflexão interna na Frelimo - sintetizada nas conclusões do seu V Congresso, ocorrido em Julho de 1989 - conduziu à revisão da Constituição da República e dos Estatutos do Partido Frelimo⁵⁴. O epílogo dessa reflexão traduziu-se na aceitação do pluralismo político (multipartidarismo), no abandono da via de construção de um Estado socialista e na adopção da economia de mercado e, no reconhecimento da Frelimo, embora não explícito, à autoridade dos antigos régulos e outros chefes tradicionais⁵⁵. A nível central, criou-se no Ministério da Saúde, em 1990, o Gabinete de Estudos de Medicina Tradicional (GEMT). No plano linguístico - depois de uma indefinição quanto ao papel reservado às línguas moçambicanas, e após um esforço de várias sensibilidades da sociedade - a nova Constituição consagra, no artigo 5, que:

- 1 - *Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial*
- 2 - *O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos.*⁵⁶

Durante todo este processo político, económico, social e cultural ocorrido no período pós-independência, registou-se uma preocupação de garantir que todas as

⁵³ Cabaço, *op. cit.*, p.94/5.

⁵⁴ Machili, *op. cit.*, pp 390-392.

⁵⁵ Florêncio, *op. cit.*, p.125.

⁵⁶ Liphola, *op. cit.*, p.292.

emanações ao nível central alcançassem a base. O esforço era direccionado no sentido de se criar uma nação politicamente unida e economicamente integrada. O distrito de Marromeu (ver mapa em Anexos) situa-se na região norte da província de Sofala. É limitado ao norte e leste pelo rio Zambeze, a sul pelo Oceano Índico e a oeste faz limite com o distrito de Cheringoma. Marromeu tem uma extensão geográfica de 5 810 km² e uma população de 71 301, de acordo com o último censo populacional. Administrativamente está dividido em dois postos administrativos, nomeadamente Marromeu (sede) e Chupanga. Originariamente o distrito era ocupado pelos povos *Cuama* (acuama), do antigo nome ("Cuama") do rio Zambeze, podzos ("aphodze"), senas, chipangos ("achipango") e chuabos. Os grupos nativos da região são os Achipanga e os Podzo, e as línguas faladas são chi-Sena e chi-Podzo. Hoje, a maioria da população é Sena-podzo - que juntamente com os Sena-chueza e os Sena propriamente ditos são frutos de hibridações culturais.

Os sena-podzo seguem uma linhagem patrilinear e casamento virilocal, mas mantêm grandes afinidades com a família materna devido à sua situação fronteiriça entre formas de sucessão patri e matrilineares. A agricultura constitui a sua principal actividade económica, embora a caça seja igualmente praticada. Segundo os costumes, quando uma família pretende se fixar em determinada zona, o seu chefe pede autorização ao chefe da referida zona (*fumo* ou *saphanda*); este - obedecendo os regulamentos das áreas para o cultivo e respeitando a proibição sobre os locais sagrados (cemitérios e locais de cultos aos antepassados) - concedia o terreno requerido. Por sua vez o chefe da família fazia uma cerimónia (*massango ya muno*) no local da nova machamba; nessa cerimónia são evocados os espíritos através de um bocado de farinha que é distribuída por cada membro da família, debaixo de uma árvore.

A escolha do terreno era feita em áreas abertas sem grandes árvores, cujo derrube era feito por queimadas. Após esta fase, o resto do trabalho cabia às mulheres pois aos homens cabiam os trabalhos mais pesados como a caça, a construção de casas ou celeiros, etc... Do mesmo modo, os filhos do sexo masculino dedicavam-se à pastorícia e a afugentar pássaros quando os do sexo feminino ficavam em casa cuidando dos mais

novos e fazendo trabalho culinário. À medida que cresciam, os filhos começavam a acompanhar os pais do mesmo sexo na maior parte das respectivas actividades. Geralmente o trabalho era individual embora pudesse haver entre-ajuda dentro da família.

A sementeira começava após as queimadas e coincidia com o início das primeiras chuvas (primeira quinzena de Novembro). O sistema era de policultura; sendo cada um responsável pela semente, com a excepção dos filhos recém-casados que a entregavam aos pais para estes a guardarem no celeiro especial denominado *nhakabobo*. Um dia antes do início da sementeira, o chefe da família preparava-se com drogas (raízes e óleo de rícino) e avisava toda a família para não manter relações sexuais até ao fim da sementeira; nesse dia ele mantinha relações sexuais com a primeira mulher, caso fosse polígamo, para a purificação da semente. No dia seguinte, todos reuniam-se logo pela manhã cedo com os recipientes contendo a semente, para ser distribuída e misturada com a semente purificada. Também davam-se instruções para o seu uso como, por exemplo, não pegá-la com as mãos sujas ou após as refeições.

Para se lançar a semente, primeiro abriam-se covas nos cantos da machamba e uma no meio onde se devia fixar o recipiente, pois em cada período de trabalho não se podia movimentar a semente. O lançamento da primeira semente era feito pelas crianças. Terminada esta fase, aguardava-se pelas chuvas para se começar com a *sacha*, que durava cerca de um mês. Durante esse mês, todas as mulheres iam trabalhar num período do dia, com os filhos, na machamba do marido. Aquelas famílias que morassem longe da sua machamba mudavam-se temporariamente para lá. Depois de dois anos deixava-se o terreno em pousio durante dois anos ou mais e abria-se outra machamba. Nestas condições o terreno era designado por *tuko*.

A colheita iniciava em Fevereiro e prolongava-se até Novembro. A primeira colheita era a de mexoeira, e seguiam-se as de milho, de arroz, de mapira e de batata-doce. A colheita era exercida individualmente sendo cada mulher apoiada pelos seus filhos, apenas a colheita na machamba do marido era colectiva. Os produtos eram

concentrados primeiramente no local de trabalho (*matsandza*), e no fim eram definitivamente armazenados nos celeiros (*Chikua*). No início de cada ciclo agrícola, era feita a veneração aos espíritos (*Kudira*). No fim de cada colheita, fazia-se outra cerimónia (*Tsembe*) para regozijar pelos resultados obtidos, comia-se, bebia-se e dançava-se na presença da família e dos vizinhos. Em caso de seca, realizava-se a cerimónia do pedido de chuva (*Thapulo*) que começava num local sagrado e terminava em casa do chefe (*Fumo*) com comida e bebida.

A caça decorria tanto de forma individual como colectiva. Esta última situação verificava-se caso se tratasse de abate de pequenos roedores, búfalos, porcos do mato (*Nbavara*) e impala. Para além da autoridade da região, havia um outro chefe que dirigia a caça; este devia ter amplos conhecimentos sobre o reino selvagem e seus mistérios, incluindo drogas e rituais necessários para o sucesso da caça. A época mais favorável para a prática da caça era o verão (*Malimwe*). No fim da caça fazia-se a distribuição do produto entre os caçadores, em conformidade com o contributo de cada um. O caçador que matasse mais do que um animal tinha o direito de tirar uma parte para a distribuição, aquele que matasse apenas um cortava-o longitudinalmente, levava uma parte e deixava o resto para a distribuição geral, quem avistasse um animal também tinha direito a uma parte, o animal que fosse morto pelo cão de um dos caçadores era distribuído pelo dono do cão (*Tsambwa*) indo uma parte para o próprio cão.

Na família - obedecendo ao critério de idade e sexo - as mulheres tinham direito à coluna vertebral, línguas, costelas e outras partes simples, os homens tinham direito à cabeça, pescoço, fígado, testículos, etc. Quanto às crianças, a elas cabiam o molho, o sangue e os pulmões. As mulheres estavam proibidas de comer o diafragma (*Maudjalira*) e o baço (*Mbelemazwa*) para evitar dificuldades durante o parto. As relações sexuais eram proibidas antes de uma ida à caça pois podiam atrair azares. Para o sucesso da caça eram realizadas algumas cerimónias (*Kudira*, *Mezimbo* e *Ntsembe*) que garantiam sorte, evitavam os fenómenos obstaculizantes e protegiam os caçadores. Estes deviam dar um tributo ao régulo, como forma de agradecimento pela licença por ele concedida. A conservação da carne era feita através da secagem, fumagem e



armazenamento em locais determinados (*Tsanza*). A proibição de caça era para os animais não comestíveis.

Imediatamente a seguir à proclamação da independência nacional, o distrito de Marromeu sentiu as transformações sócio-económicas e políticas que, nesse momento, ocorriam por todo país. As cheias que se abateram sobre o rio Zambeze em finais da década de 70 provocaram aglomerações que facilitaram a implantação de aldeias comunais, para o efeito foi criada a "Comissão Distrital para as Calamidades Naturais e Aldeias Comunais". Antes de 1980 o distrito já contava com os seguintes "órgãos do poder político": 6 comités do Partido, 42 células do Partido e 7 Grupos Dinamizadores. Como "órgãos do poder de Estado" existiam 5 Assembleias do Povo e 5 Conselhos Executivos. Como "organizações democráticas de massas" estavam representadas a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), a Organização Nacional dos Professores (ONP), os Conselhos de Produção, as Milícias Populares e os Grupos de Vigilância. Existiam igualmente 6 bairros comunais, 8 tribunais populares e 12 Aldeias Comunais⁵⁷, nomeadamente: Chiramba (ex-Mponda), Milha 12 (posteriormente Amilcar Cabral), Chupanga, Milha 51 (posteriormente Mariano Munguabe), Lumbe, 25 de Setembro, Salone Armoque, N'Gazi, Catruza, Maviga, 25 de Junho e Agostinho Neto (Malingapanse). Pouco depois um esforço foi realizado no sentido de dar a algumas destas Aldeias Comunais "nomes revolucionários" como, por exemplo, Filipe Samuel Magaia, Samora Machel, Acordos de Lusaka, Marien N'Gouabi, Kenneth Kaunda, Julius Nyerere, 25 de Junho e 1o. de Maio.

Estava, portanto, garantida a materialização a nível local de maior parte das medidas tomadas a nível central. A linha de comunicação mostrava-se de tal modo eficiente que a III Sessão da Assembleia Distrital de Marromeu, realizada a 13.01.1979, recomendou que as Assembleias do Povo estudassem o documento dos Sete Princípios e Nove Tarefas das Assembleias de Localidade, aprovado pela lei 3/77 de 17 de Dezembro. Essa mesma Sessão estudou um comunicado do Comité Político Permanente

⁵⁷ Dados recolhidos de um monumento existente na Av. 7 de Setembro, vila-sede de Marromeu.

do Comité Central da Frelimo produzido 6 dias antes. Seguindo a dinâmica nacional, os régulos foram retirados da governação e desprovidos de qualquer função ou prestígio social que, eventualmente, gozassem⁵⁸.

Contudo, a materialização das medidas centrais foi tão rápida quanto a animosidade demonstrada imediatamente pelas populações em relação às tais medidas. A prática de cerimónias tradicionais, designadas pelo poder político como sendo obscurantistas, nunca cessou. As cerimónias aos antepassados e a prática da compensação matrimonial, como exemplos, nunca deixaram de ser praticadas pelas populações⁵⁹. Num relatório da Comissão Distrital das Aldeias Comunais de Marromeu (CDACM) datado de 10 de Dezembro de 1980 pode-se ler: *O maior problema que entrava o desenvolvimento das nossas Aldeias Comunais é a questão da fuga das populações para as antigas residências, outras para as zonas dispersas do Distrito. Esta situação regista-se especialmente nas Aldeias Comunais de Lumbe, Salone Armoque e Agostinho Neto-Kuama.*

As populações de Lumbe alegam que a zona não é produtiva, quando na essência não é isso fomos ver que o conceito é de não querer viver na Aldeia Comunal.

Quando as populações não abandonavam deliberadamente a aldeia comunal optavam pura e simplesmente pela não participação⁶⁰, facto que trazia efeitos negativos para o modelo colectivo de organização social que se pretendia implementar. Uma brigada da CDACM que se deslocara à Aldeia Comunal de Chiramba (M'ponda) no dia 09.01.1980 verificou que a nível político as "Estruturas" da aldeia comunal eram inoperantes devido ao número reduzido de membros. Por outro lado, não haviam reuniões regulares nem com as populações nem entre os membros, no campo económico verificou-se igualmente uma fraca participação na abertura de uma machamba de gergelim com 2 ha.

Uma outra brigada que se deslocou à Aldeia Comunal 25 de Setembro a

⁵⁸ Informações do sr. Paulo Benesse e do régulo Nhane.

⁵⁹ Informações dos srs. Domingos Manuel e Paulino Rocha.

⁶⁰ Informação do sr. Ambrósio Ntxocolico.

21.12.1981 constatou que o Programa deixado dois meses antes não havia sido cumprido. A Comissão de Alfabetização da aldeia inscreveu naquele ano 707 alfabetizandos, mas com as desistências ficaram 150, dos quais apenas 7 prestaram provas de exame. Na Comissão da Produção apenas 2 dos 4 bairros existentes participavam, os outros 2 "desmobilizavam" a população que participava. A Comissão da OMM tinha programado fazer uma machamba e comprar galinhas como forma de rendimento "mas tudo ainda está na teoria". Na Aldeia Comunal Agostinho Neto-Kuama *além das saídas temporárias hoje verificamos que são fugas das populações para zonas variáveis, umas para a zona do Luabo outras para residências antigas.* Na aldeia de Salone Armoque as populações *alegam que não vão produzir nas machambas antigas. O que não é verdade visto que evacuam todas as suas famílias inclusive a criação.*

Mesmo a nível dos órgãos do poder subsistiam alguns problemas. No seu comunicado final a III Sessão da Assembleia Distrital de Marromeu (13.01.1979) verificou a "inoperância completa" das Assembleias do Povo a nível das localidades, o mesmo que, falta de estudo da política estatal e outras recomendações sobre tarefas que cabiam a essas estruturas. A sessão anterior já observara a inoperância dos Comités de Localidade: os comités de Maviga, Salone e Kuama funcionaram mal pelo desconhecimento das suas tarefas e formas de organização, e também pela "fraca assistência prestada pelo órgão hierarquicamente superior". Quanto às células do Partido a situação era quase a mesma, com excepção da célula do Hospital Rural que registara melhorias. No seio dos próprios membros dos órgãos dirigentes não se manifestava uma aceitação plena das medidas implementadas. Na abertura da V Sessão Ordinária da Assembleia Distrital de Marromeu, o administrador constatou o não cumprimento de uma recomendação da sessão anterior segundo a qual todos os trabalhadores do Aparelho de Estado e Deputados com casamentos não oficializados, deviam oficializá-los no mais curto espaço de tempo. A II Sessão do Comité Distrital (18-19.09.1981), por ter constatado que alguns membros do Partido tornaram-se religiosos, recomendou no seu comunicado final, "para aprofundamento e posterior aniquilamento", que o Secretário do Comité Distrital para o Trabalho Ideológico do Partido se reunisse primeiro com os aludidos membros e de seguida com os dirigentes das respectivas

"seitas".

Os membros que praticassem, a par da religião, a poligamia eram vistos como envolvidos em "problemas graves"⁶¹, entre os quais se situava a infiltração inimiga. A este posicionamento não era alheia a concepção dominante de cultura, sinteticamente ilustrada no comunicado final do IV Seminário Provincial das Aldeias Comunais: [A Cultura] *Pratica-se como acção espontânea. O Seminário recomenda aos Serviços Provinciais de Cultura para que tenham um programa completo onde deve-se incluir o artesanato, a escultura e poesia.* Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação realizado 5 anos após a independência (1980), os falantes da língua portuguesa constituíam 0,2% do total de falantes.

8. Conclusão

A construção da nação em Moçambique, segundo os dados afluídos por esta investigação preliminar, não mostrou uma tendência clara quer para o paradigma francês da nação como entidade em construção contínua, quer para o paradigma alemão da nação como unidade histórica e cultural. Se por um lado pode parecer haver primazia do solo e da cidadania sobre a cultura e o sangue como referências, por outro lado a nação moçambicana como uma unidade histórica foi insistente e continuamente exaltada. Contudo, o caso moçambicano não manifesta a mesma equidistância em relação a outras diádes de concepções nacionalistas. Efectivamente o processo moçambicano revelou ser conduzido, nos termos de Hans Kohn, de uma forma mais racional do que orgânica; no sentido em que se mostrou mais inclinado para aspectos formais como sejam um Estado politicamente independente, as forças armadas ou a moeda, do que para aspectos genealógicos como a preservação da língua e da cultura locais. Por outro lado, em termos de relacionamento com a modernidade, a nação moçambicana afirmou-se como um elemento essencial de modernidade, desenvolvendo um projecto de integração da cultura e da economia num conjunto nacional, sem nunca reagir contra a urbanização ou a industrialização.

⁶¹ III Sessão Ordinária do Comité Distrital de Marroneu, 30.11 - 1.12.1979.

Na verdade, foram observados todos os passos para a construção de uma nação moderna. Após a satisfação do requisito material básico - um poder político com autoridade sobre um território - o partido no poder desenvolveu esforços no sentido de criar uma identidade interiorizada e assumida colectivamente pelos cidadãos moçambicanos. Esse esforço de identificação foi realizado não apenas através de símbolos oficiais como a bandeira, o hino e o emblema nacionais - amplamente divulgados ao longo de toda a extensão do território nacional -, mas igualmente através da vivência, em datas nacionais, de acontecimentos do passado e da glorificação de figuras que se destacaram no alcance da independência nacional. Os intelectuais deram forma poética, artística e simbólica a essas memórias; as cidades e vilas immortalizaram as datas e os heróis através da sua (nova) toponímia e; um conjunto de procedimentos, de palavras de ordem, de símbolos e de ideias espalhou-se rapidamente por todo o país graças a uma estrutura político-administrativa piramidal e organicamente constituída.

Em termos formais estava-se perante elementos agregadores com força suficiente para construir uma identidade (cultural) de nível nacional. Todavia, esses elementos surgiram num contexto em que o partido político no poder preconizava uma ruptura drástica com a organização social do colonialismo, e com o passado em geral e, em que o receio da divisibilidade da nação justificou a erradicação de todas as particularidades locais, no interesse da homogeneidade cultural e política. Logo, essa forma de identificação, embora interiorizada por vários estratos sociais, recebeu a indiferença - quando não a animosidade - de um grande número de cidadãos; pois interferiria com ideias, valores, práticas e formas de organização social transmitidas intergeracionalmente e partilhadas pelo grupo. Dito de outro modo, os mecanismos usados para garantir uma identidade a nível nacional interferiram com a cultura dos vários grupos etnolinguísticos presentes em Moçambique. Existia uma identidade nacional mas esta não contava com *inputs* dos vários grupos etnolinguísticos. O facto de num passado então recente, ter sido praticada uma política de assimilação cultural à uma cultura estrangeira, apenas contribuiu para que muitos moçambicanos se sentissem, mais uma vez, excluídos do processo.

O receio de sobrevalorizar qualquer das várias particularidades locais que compunham/compõem Moçambique, levou a que o partido no poder privilegiasse o fomento de uma identificação directa do indivíduo com a nação, ignorando muitas vezes que ele identificava-se primariamente com a sua comunidade linhageira. Tal comunidade constituía um todo orgânico onde as relações de produção, as relações políticas e as relações sociais integravam-se em torno de uma estrutura de parentesco, sobre a qual se concentravam as funções de poder, da ideologia, do universo mágico-religioso, e da (re)produção social em geral. Qualquer medida tomada sobre o comportamento de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, devia/deve levar em conta essa totalidade orgânica e coerente. A tentativa de reconciliação com as particularidades locais e respectivas práticas tradicionais, empreendida nos finais da década de 80, não se revelou capaz de criar um "ressurgimento da moçambicanidade" pois largas faixas da população haviam já interiorizado a ideia do Estado-nação moçambicano como uma entidade com a qual não se identificavam.

Todavia, o acima afirmado não nos deve conduzir à ideia segundo a qual estava-se perante uma práxis social - o estado-nação - sem o contexto apropriado, ou à ideia que defende ser o estado-nação um fenómeno apenas capaz de ocorrer em determinado modo de produção ou estágio de desenvolvimento, como sugere certa literatura. Como bem o demonstra o caso moçambicano, é possível construir uma identidade cultural nacional em contextos multiculturais, ou se se preferir multiétnicos, desde que sejam introduzidas contribuições locais para mediatizarem a relação do indivíduo com esse grande ser histórico, imortal e intemporal que é a Nação.

9. Fontes

9.1 - Bibliográficas

- Abrahamsson, Hans & Nilsson, Anders Moçambique em transição Cegraf, Maputo, 1994.
- ACNUR/PNUD Perfis Distritais de Desenvolvimento s/e, Maputo, 1997.
- Anderson, B. Nação e consciência nacional Editora Ática, São Paulo, 1989.
- ARPAC Preservação e Valorização Cultural: Monografia económica da província de Sofala Dactil., Beira, 1985.
- Balibar, E. & Wallerstein, I. Race Nation Classe: Les Identités Ambiguës Editions La Découverte, Paris, 1988.
- Benot, Y. Ideologias das Independências Africanas Vol.2, Sá da Costa Ed., Lisboa, 1981.
- Birou, A. Dicionário de Ciências Sociais 4a. ed., Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978.
- Chatterjee, P. Nationalist Thought and the Colonial World Zed Books, London, 1993.
- Duarte, R. Contribuição para o estudo da problemática da Unidade Nacional em Moçambique Dactil., Maputo, Novembro de 1988.
- Egerö, B. Moçambique: Os primeiros dez anos da construção da Democracia Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1992.
- Florêncio, F. "Processos de transformação social, no universo rural moçambicano, pós-colonial. O caso do distrito do Búzi." Tese de mestrado, ISCTE, Lisboa, 1994.
- Geffray, C. A Causa das Armas - Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique Edições Afrontamento, Porto, 1991.
- Gellner, E. Nações e Nacionalismo Gradiva, Lisboa, 1993.
- Greenfeld, L. Nationalism: Five Roads to Modernity Harvard University Press, Cambridge, 1992.
- Guibernau, M. Nationalisms: The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century Polity Press, Cambridge, 1996.
- Hobsbawm, E. Nações e nacionalismo desde 1780 Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.
- Lakatos, E. & Marconi, M. Sociologia Geral 7a.ed., Atlas, S.Paulo, 1999.

- Laraia, R. Cultura: Um Conceito Antropológico Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1986.
- Loforte, A. Trabalhos realizados no âmbito da antropologia em Moçambique Comunicação apresentada no I Seminário Interdisciplinar de Antropologia, Maputo, Março de 1982.
- Magode, J. & Khan, A. "O Estado Unitário e a Questão Nacional: uma reflexão sobre o caso moçambicano" In: Magode, J. (ed.) Moçambique: Etnicidades, Nacionalismo e o Estado. Transição Inacabada, Cegraf, Maputo, 1996.
- Marx, A. Making race and nation: A comparison of the United States, South Africa and Brazil Cambridge University Press, Cambridge, 1988.
- Matsinhe, C. "Biografias e Heróis no Imaginário Nacionalista Moçambicano" Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- Mattoso, J. A Escrita da História. Teoria e Métodos Editorial Estampa/Imprensa Universitária, Lisboa, 1988.
- Mazula, B. Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento Inter-Africa Group, Maputo, 1995.
- McNeely, C. Constructing the Nation-State: International Organization and Perspective Action Greenwood Press, London, 1995.
- Mondlane, E. Tribos ou grupos étnicos moçambicanos Comissão Organizadora do DIE (Dia Internacional do Estudante), Maputo, 1976.
- _____. Lutar por Moçambique Sá da Costa Editora, Lisboa, 1975.
- Morin, E. Sociologia PEA, Lisboa, s/d.
- Newitt, M. História de Moçambique Publicações Europa-América, Lisboa, 1997.
- Ngoenha, S. Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica Edições Salesianas, Porto, 1992.
- _____. "Identidade Moçambicana: Já e ainda não" In: Serra, C. Identidade Moçambicanidade Moçambicanização Livraria Universitária/UEM, Maputo, 1998, pp17-34.
- Nzongola-Ntalaja, G. Nation-Building and State Building in Africa SAPES Trust, Harare, 1993.
- Oommen, T. Citizenship, Nationality and Ethnicity Polity Press, Cambridge, 1997.

- Preston, P. Political/Cultural Identity: Citizens and Nations in a Global Era SAGE Publications, London, 1997.
- Rocher, G. Sociologia Geral: A Acção Social Editorial Presença Lda, Lisboa, 1989.
- Rowland, R. Antropologia, Historia e Diferença: Alguns aspectos Edições Afrontamento, Porto, 1997.
- Silva, B. (coord.) Dicionário de Ciências Sociais Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986, p.800.
- Smith, A. A Identidade Nacional Gradiva, Lisboa, 1997.
- Spectator "Building the Party in Mozambique" In: The African Communist s/l, 1979, pp 45-63.
- Wieviorka, M. "O Nacionalismo" In: A Democracia à prova: nacionalismo, populismo, etnicidade Instituto Piaget, Lisboa, 1995.

9.2 - Documentais

- Boletim Oficial da Província de Moçambique I Série, No. 2, de 13 de Janeiro de 1917.
- Comissão Distrital da Aldeias Comunais em Marromeu (CDACM) Lista das aldeias comunais com nomes revolucionários Marromeu, 02.09.1978.
- CDACM Relatório de 15.01.1980.
- CDACM Relatório de 10.12.1980
- CDACM Síntese da reunião da brigada que se deslocou no dia 21.12.1981 para a aldeia comunal 25 de Setembro Marromeu, 22.12.1981.
- CDACM. Relatório de 08.12.1982.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (CNAC) Ensinaamentos derivados do I Curso Nacional de Formação de Quadros para as Aldeias Comunais Aldeia Comunal 3 de Fevereiro, 16.08.1980.
- Comissão Provincial das Aldeias Comunais em Sofala (CPACS) Análise Retrospectiva do Processo da Construção de Aldeias Comunais Beira, 20.03.1979.
- Comunicado final do IV Seminário Provincial das Aldeias Comunais Dondo, 20.12.1978.

Comunicado final da III Sessão da Assembleia Distrital de Marromeu Marromeu, 13.01.1979.

Comunicado final da IV Sessão Ordinária da Assembleia Distrital de Marromeu Marromeu, 23.06.1979.

Comunicado final da III Sessão Ordinária do Comité Distrital Marromeu, 03.12.1979.

Comunicado final da II Sessão do Comité Distrital Marromeu, 24.09.1981.

Discurso do Sr. Administrador na Abertura da V Sessão da Assembleia Distrital Marromeu, 03.12.1979.

Discurso proferido por S.Excia o Ministro da Educação, Sra. Graça Machel na Sessão de Abertura do I Seminário sobre Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas.

Reunião dos responsáveis das aldeias comunais s/l, 30.07.1978.

FRELIMO Circular 97/CPN/75 do Comissariado Político Nacional Lourenço Marques, 14 de Outubro de 1975.

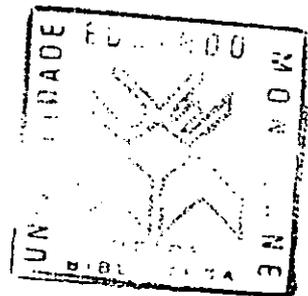
RPM Recenseamento Geral da População 1980.

RPM I Reunião Nacional das Aldeias Comunais: Resolução sobre questões sociais e culturais Aldeia Comunal 3 de Fevereiro, 27.03.1980.

RPM I Reunião Nacional de Agricultura: Definição da Organização de uma Aldeia Comunal s/l, 03.10.1975.

Sérgio Vieira intervention at the International Scientific Conference Berlin, 1980.

ANEXOS



LISTA DOS ENTREVISTADOS

⇒ Ambrósio Ntxocolico, 44 anos, professor, antigo chefe da Comissão Distrital das Aldeias Comunais.

⇒ Anónimo, 60 anos, pedreiro.

⇒ Domingos Jone Manuel, 38 anos, pastor da Igreja do Nazareno e Assistente Administrativo na Fundação Contra Fome (FHI) - Marromeu.

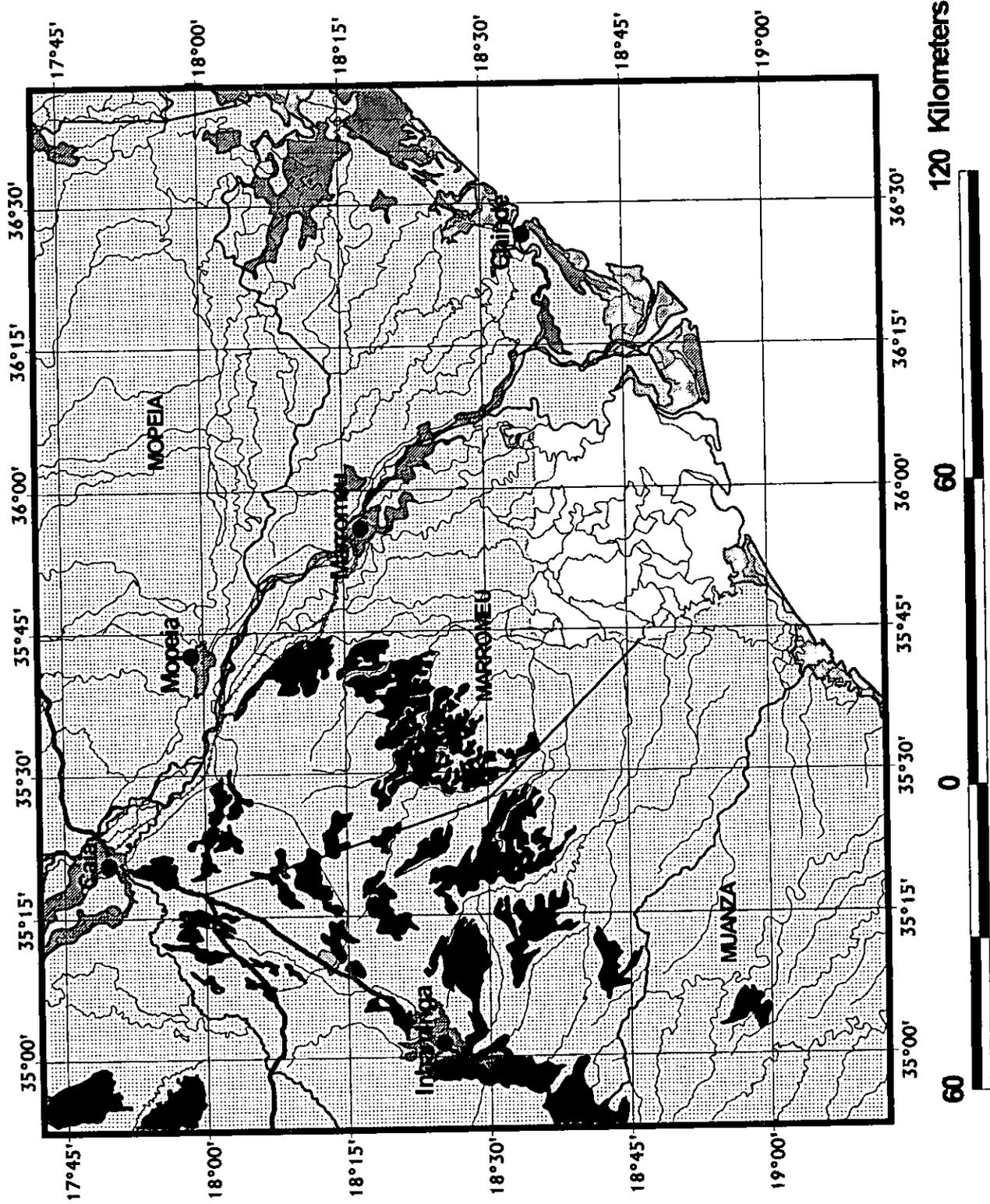
⇒ Manuel Vasco Charles, 28 anos, professor "C".

⇒ Régulo Nhane, 45 anos, régulo desde os 18 anos, ex-capataz da Sena Sugar Estates.

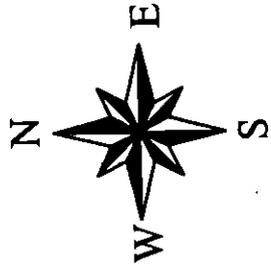
⇒ Paulino Rocha, 43 anos, cozinheiro e guarda na Fundação Contra Fome (FHI) - Marromeu.

⇒ Paulo Fernandes Benesse, 45 anos, antigo combatente, vereador do Município de Marromeu para a área da Energia, Agricultura e Pescas, Meio Ambiente e Cultura Juventude e Desportos.

DISTRITO DE MARROMEU



- City Topog_pol.shp
- ▾ RiverHdg_arc.shp
- ▾ Camp_arc.shp
- ▾ Main Road
- ▾ Secondary Road
- ▾ Rail
- ▾ Nature ReserveResg_pol.shp
- ▾ Term_pol.shp
- ▨ Cultivado Saqueiro
- ▨ Cultivado Irrigado ou Plantacoes
- ▨ Zona de Producao ou Habitacional
- ▨ Solo Sem Vegetacao
- ▨ Mangais (Localmente degradados)
- ▨ 202
- ▨ Matagal Medio, Alto ou Aberto
- ▨ Formacao Herbacea Arborizada
- ▨ Floresta do Baixo Altitude Aberta ou Semperverde
- ▨ Albufeira
- ▨ Mangens de Rio
- ▨ Outro
- ▨ DistrictAdmg_pol.shp



120 Kilometers

60

0

60

FOTO 1



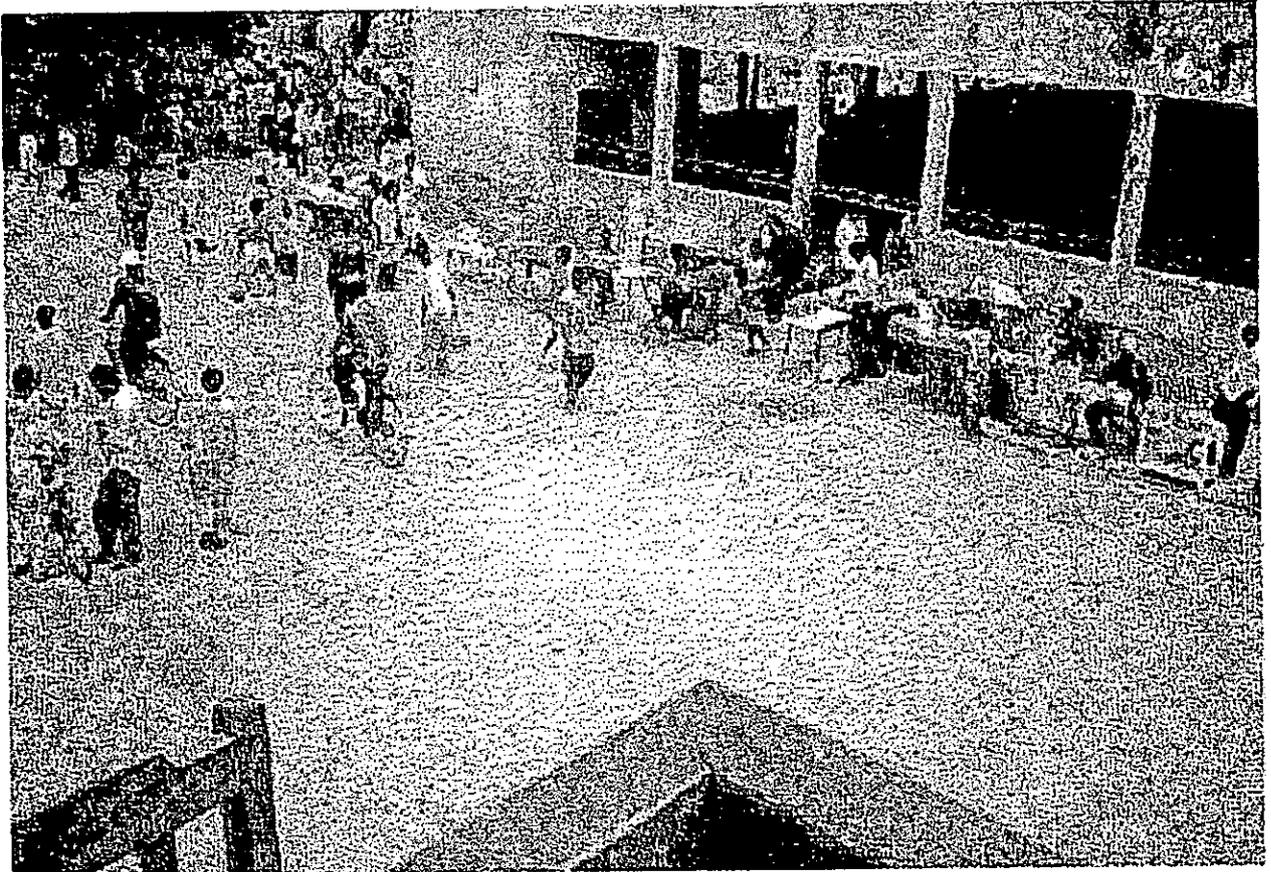
O RÉGULO NHANE NO SEU GABINETE DE TRABALHO

FOTO 2



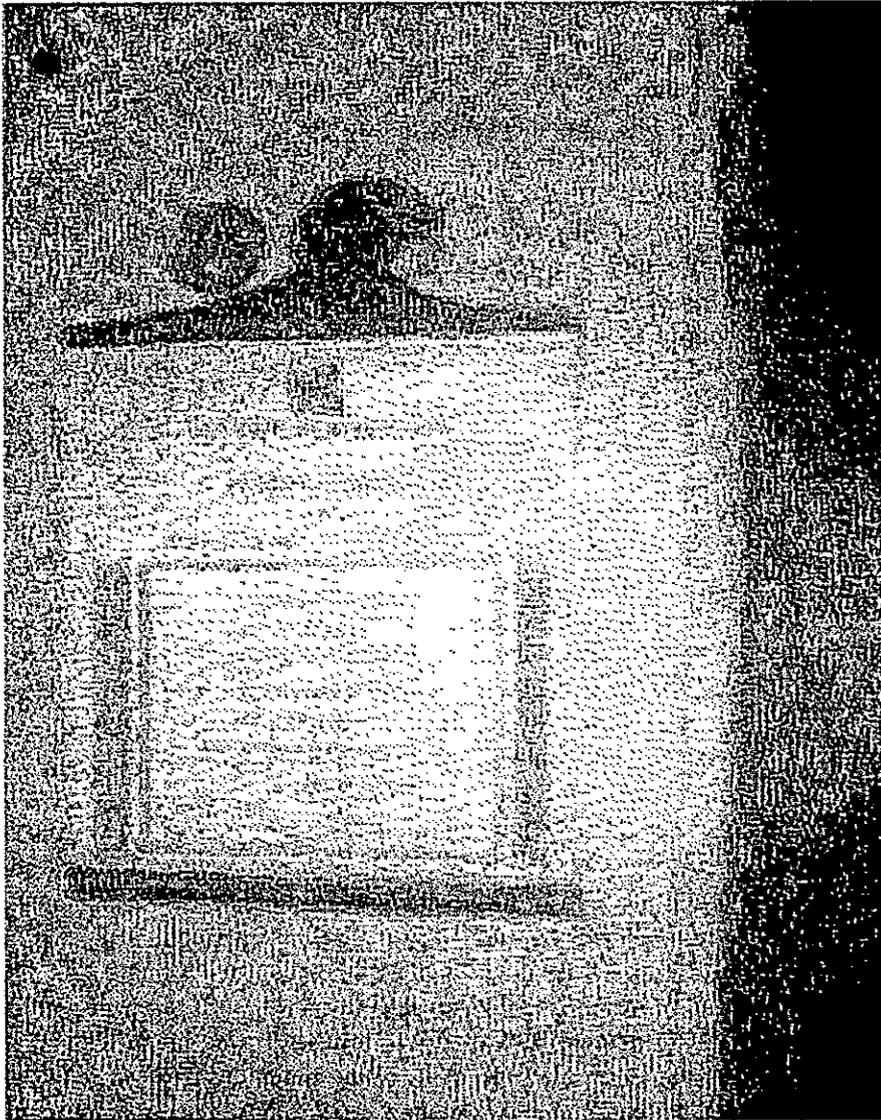
ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA JULIUS NYERERE, VILA SEDE DE MARROMEU

FOTO 3



MERCADO DA VILA SEDE DE MARROMEU

FOTO 4



DIPLOMA DE EMULAÇÃO SOCIALISTA RECEBIDO POR MARROMEU
POR OCASIÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS

